

PREFEITURA DA CIDADE DO SALVADOR

OCEPLAN - Órgão Central de Planejamento

PLANDURB - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

Readequação da Política Locacional de  
Equipamentos Urbanos no Universo do  
Município de Salvador no Contexto Me-  
tropolitano.

PLANDURB

Série de Estudos Informativos, nº 5

Salvador - 1978.

CONSULTORIA GERAL

ISP - Centro de Estudos Interdisciplinares para o  
Setor Público da Universidade Federal da  
Bahia

*Margarida Maria Costa Batista - Diretora*

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PLANDURB

EQUIPE DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

*Antonio Heliódório Lima Sampaio (\*)*

*Deloy Haynau Becker (\*)*

*José Antônio Gomes de Pinho (\*)*

*Paulo de Arruda Penteado Filho (\*) - Coordenador Geral*

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

*Nildenor Ourives de Souza (\*)*

---

(\*) Técnico do ISP

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO TRABALHO

CLAN S.A.

Este trabalho foi realizado com a  
colaboração da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e do DE-  
SENBANCO - Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A.

PREFEITURA DA CIDADE DE SALVADOR  
OCEPLAN

PLANDURB  
READEQUAÇÃO DA POLÍTICA LOCACIONAL DE EQUIPAMENTOS URBANOS  
NO UNIVERSO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR NO CONTEXTO METROPOLITANO

CLAN S.A.  
novembro/78

## APRESENTAÇÃO

Com base nos termos de referência representados pelo ESTUDO-DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS DE CARÁTER SOCIAL (EQUIPAMENTOS PONTUAIS), realizado pelo OCEPLAN-PLANDURB e tendo em vista as recomendações do Modelo Físico Territorial para Salvador, recém elaboradas pelo PLANDURB, foi procedido o presente trabalho, o qual face às limitações de recursos e tempo, se constitui mais numa abordagem piloto, objetivando o desencadeamento de um trabalho sistêmico e contínuo no âmbito dos equipamentos em Salvador, que numa proposição definitiva do mesmo equipamento dentro de um contexto dinâmico.

Este dinamismo urbano reveste-se em Salvador de singular aceleração como reflexo dos principais eventos de macro escala no âmbito da região metropolitana, onde destacam-se o processo de ocupação do Centro Industrial de Aratu, o início de operação das primeiras unidades do Pólo Petroquímico de Camaçari, Porto de Aratu, duplicação da rodovia Bahia-SALVADOR Feira de Santana, construção do Centro Administrativo da Bahia, implantação do grande eixo viário urbano paralelo a orla, e a recente entrada em operação do grande trevo rodoviário urbano do Acesso Norte. Nestas condições começam a ocorrer as primeiras mutações significativas quanto a estrutura de uso do âmbito municipal, tais como a viabilização de intervenções tipo Narandiba, Cajazeira, de iniciativa estatal e outras tais como Iguatemi, Centros Empresariais, no vale do Camurugipe e Porto Seco Pirajá, junto à BR-324, estes de iniciativa privada.

Nas condições do desembaraçado desenvolvimento urbano de baixíssima densidade ao longo das avenidas de vale, rodovia BR-324 e paralela, e com o acelerado e desastroso colapso da Zona Central de Salvador determinado pelo clássico estrangulamento da acessibilidade central e ou pela hipertrofia dos

próprios acessos, demandada pela compulsória hipertrofia dos usos centrais, ocorre como que a rápida subversão das tendências históricas de uso e ocupação com consequentes reflexos na estrutura de equipamento.

Diante destas recentes tendências, faz-se necessário e inadiável, promover a readequação dos procedimentos de planejamento das redes de equipamento urbano no sentido de otimizar-lhe a relação benefício-custo face a extrema mobilidade da dinâmica urbana do universo em causa e face, por outro lado, a conhecida limitação de recursos disponíveis para os equipamentos, diante da recente expansão metropolitana das demandas.

## Í N D I C E

1. CRITÉRIOS METODOLÓGICOS
  - 1.1 Estruturas Internas
  - 1.2 Estruturas Externas
  - 1.3 Escalas de Abordagem
    - 1.3.1 Macro Escala de Abordagem
    - 1.3.2 Meso Escala de Abordagem
    - 1.3.3 Micro Escala de Abordagem
  - 1.4 Níveis de Abordagem
    - 1.4.1 Nível de Diagnóstico
    - 1.4.2 Nível de Estudos Alternativos
    - 1.4.3 Nível de Proposição para Implantação Imediata
  - 1.5 Principais Condicionantes de Desempenho Urbano, de Equipamento e Intervenções Urbanísticas
2. ESTRUTURA GERAL DE USOS URBANOS COMO CONDICIONANTE BÁSICO DA ESTRUTURA OTIMIZADA DE EQUIPAMENTOS URBANOS
  - 2.1 A Mobilidade de Massas como Catalizador Indispensável da Adequada Interação de Atividades Fins e Meio do Contexto Urbano
  - 2.2 A singularidade de Cada Caso Tipo Equipamento
3. PRINCIPAIS GRUPOS DE EQUIPAMENTOS URBANOS DE CARÁTER SOCIAL E SEU RELACIONAMENTO COM A ESTRUTURA LOCAL, URBANA E REGIONAL
4. ESTRUTURA E HIERARQUIA, TIPO DO EQUIPAMENTO DE EDUCAÇÃO, SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS DE EQUIPAMENTOS URBANO
  - 4.1 Equipamento Urbano de Educação do 1º Grau
    - 4.1.1 Ensino de 1º Grau
    - 4.1.2 A Situação do Ensino
    - 4.1.3 Conclusões



- 4.2 Equipamento Urbano de Educação do 2º Grau
  - 4.2.1 Considerações Gerais do 2º Grau
  - 4.2.2 Análise do Ensino do 2º Grau
  - 4.2.3 Evolução do Ensino do 2º Grau
  - 4.2.4 Conclusões para o 2º Grau
- 4.3 Equipamento Urbano de Educação do 3º Grau
  - 4.3.1 Considerações Gerais do 3º Grau
  - 4.3.2 A expansão Recente do 3º Grau
  - 4.3.3 A Demanda por Ensino Superior
  - 4.3.4 Conclusões para o 3º Grau
- 4.4 Diretrizes Gerais para o Equipamento de Educação
- 5. ESTRUTURA E HIERARQUIA, TIPO DO EQUIPAMENTO DE SAÚDE, SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS DE EQUIPAMENTO
  - 5.1 Equipamento Urbano de Saúde Elementar, Micro Escala
  - 5.2 Equipamento Urbano de Saúde Básico, Meso Escala
  - 5.3 Equipamento Urbano de Saúde Hospitalar, Macro Escala
  - 5.4 Diretrizes Gerais para o Equipamento de Saúde
- 6. ESTRUTURA E HIERARQUIA, TIPO DE EQUIPAMENTO DE CULTURA, SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS DE EQUIPAMENTO
  - 6.1 Equipamento de Cultura de Macro Escala
  - 6.2 Equipamento de Cultura de Meso Escala
  - 6.3 Equipamento de Cultura de Micro Escala
  - 6.4 Diretrizes Gerais para o Equipamento de Cultura
- 7. ESTRUTURAS E HIERARQUIA, TIPO DO EQUIPAMENTO DE ABASTECIMENTO, SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS DE EQUIPAMENTO
  - 7.1 Rede de Abastecimento de Macro Escala
  - 7.2 Rede de Abastecimento de Meso Escala
  - 7.3 Rede de Abastecimento de Micro Escala
  - 7.4 Outras Redes Paralelas e de Abastecimento
  - 7.5 Diretrizes Preliminares para o Equipamento de Abastecimento

8. ESTRUTURA E HIERARQUIA, TIPO DO EQUIPAMENTO ESTÁTICO DE TRANSPORTE, COM PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
9. CONDIÇÕES DA ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE SALVADOR, SUB-UNIDADE CENTRAL
  - 9.1 Condicionantes de Equipamento da Macro Escala que Intervêm no Âmbito do Centro
  - 9.2 Condicionantes de Equipamento de Meso Escala do Contexto Central em Salvador
10. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA EQUIPAMENTOS URBANOS EM SALVADOR.

ANEXO Relação de Estabelecimentos de Ensino do 1º grau, com Localizações, Cursos e Níveis de Atendimento, Dependentes do Estado, do Município e Particulares.

1.

## CRITÉRIOS METODOLÓGICOS

Objetivando a adequada distribuição espacial dos equipamentos urbanos de caráter social e a repercussão dessa estrutura locacional no desempenho urbano dos mesmos, assim como no desempenho urbano da própria cidade de Salvador, passamos inicialmente a proceder a exposição dos principais critérios metodológicos que necessariamente pautarão intervenções desta natureza.

Trata-se aqui não somente de identificar os principais grupos de equipamentos de caráter social, como de estabelecer uma escala de hierarquia, dentro do contexto de cada grupo, no sentido de avaliar e intervir no que tange a estrutura locacional para adequar a relação benefício-custo para o desempenho otimizado de cada unidade face os limiares e alcances das mesmas.

Compreenda-se desde o princípio a gigantesca importância dos aspectos da acessibilidade, os quais intervêm de forma significativa na referida relação benefício-custo de desempenho para cada equipamento da estrutura de equipamento.

As constelações de equipamentos urbanos que se formam numa metrópole estão condicionadas por diversas estruturas e pela interseção das mesmas nos espaços centrais, pontos e locais vocacionalmente adequados ao melhor desempenho dos equipamentos. Estas estruturas devem ser entendidas segundo duas categorias, internas e externas.

Na correta interação dos fatores condicionantes do desempenho do equipamento urbano como da intervenção urbanística neste setor, faz-se indispensável avaliar de forma integrada os condicionamentos: geomorfológico (quanto ao potencial de área efetivamente útil), condicionamento de acessibilidade

(estruturas viárias, frotas e equipamentos urbanos de transporte), condicionamento de usos (localização das atividades no contexto urbano e o relacionamento recíproco de umas e outras atividades), condicionamento da ocupação (entendida como a densidade maior ou menor para quaisquer usos ou conjunto de usos) e a estrutura de demais equipamentos (de educação, cultura, lazer, de abastecimento, de transporte, de segurança, de turismo e de comunicações), resultando que faz-se indispensável um rigoroso procedimento metodológico capaz de abranger de forma integradora o desempenho conjunto dos diversos fatores abordados, sem o que continuaremos lidando com análises parciais e desconexas umas em relação as outras, como comumente ocorre com os estudos específicos do tipo transporte, usos, ocupação e equipamentos de educação, saúde ou outros isoladamente.

Para tanto, adota-se um conjunto de critérios metodológicos, destinados a pautar não apenas o presente trabalho como e necessariamente o posterior prosseguimento da ação planejadora, no propósito de se obterem decisões particulares (com relação a cada um dos fatores em exame) mas capazes de se integrarem às decisões globais (relativas ao conjunto dos demais fatores condicionantes do desempenho urbano) o que passaremos a expor.

## 1.1 ESTRUTURAS INTERNAS

Dentro de uma categoria de equipamento seja de educação, seja de saúde, encontramos uma hierarquia que está definida pelo grau de especialização de um serviço e seu raio de alcance. O grau de especialização deve ser proporcional ao raio de alcance, para o melhor desempenho. Maior a especificidade de um serviço e por consequência a qualidade induzida no serviço, maior a área geográfica do seu alcance e, inversamente, menor sua especificidade menor seu alcance. Na elaboração desta estrutura interna devemos hierarquizar os serviços, **segundo o raio de alcance para os seguintes níveis:** equipamentos regionais, equipamentos urbanos, equipamentos de bairro, equipamentos comunitários e equipamentos locais.

O raio de alcance, proporcional ao grau de especialização, no mapa das ofertas de equipamentos, determinará um âmbito de atendimento para diferentes unidades da estrutura dos equipamentos. É claro que o âmbito de atendimento estará por sua vez condicionado ao sistema de transporte como um todo que lhe permitirá receber o fluxo de população com a demanda específica requerida pela especialização dos equipamentos. A estrutura dos transportes, a qual é ligada à hierarquia interna dos serviços determinará a localização hierarquizada dos mesmos serviços integrando proporcionalmente âmbitos de atendimento e fluxos específicos de usuários. Os centros de melhor acessibilidade global receberão em geral os níveis superiores da hierarquia e assim por diante decrescentemente.

Será fácil, então, posteriormente, localizar os centros segundo o raio de demanda de serviços em função da acessibilidade, para mapear geograficamente a hierarquia de serviços de uma categoria. Podemos concluir que a hierarquia que intervém, de um tipo de serviço, permite, se conhecidos certos parâmetros de acessibilidade, determinar uma localização adequada, metropolitana, regional e local.

## 1.2 ESTRUTURAS EXTERNAS

As diversas categorias de hierarquias de equipamentos se superpõem no espaço urbano, segundo núcleos coincidentes de atendimento diversificado, os quais por sua vez se hierarquizam, segundo mesmo âmbito, de atendimento, alcance dos serviços aí localizados. Esta estrutura hierárquica dos núcleos urbanos é a estrutura externa dos equipamentos que em contraposição vai condicionar a localização de novos serviços, de forma exógena.

Ao nível de estrutura externa existe uma intervenção mútua entre o sistema de transporte e o pólo de equipamentos, um influenciando no desempenho do outro. Será necessário, na macro-escala definir a hierarquia dos pólos de equipamentos com suas especialidades para cada nível de serviço, função do âmbito médio de atendimento dos equipamentos aí localizados e necessário também medir o nível de acessibilidade para o atendimento da população situada no raio de alcance do pólo. Em meso escala definiremos os diferentes serviços necessários para que um pólo de equipamentos atinja certo nível de complementariedade entre seus componentes otimizando desta maneira seu desempenho como centro no contexto de concentrações humanas da cidade:

- a) Estrutura Externa da Macro Escala - Hierarquia das Redes de Equipamento, Hierarquia Polar, Centros do 1º, 2º e 3º Graus.

A localização dos equipamentos no espaço metropolitano está condicionada pela estrutura de usos urbanos. As atividades superiores de cada uma das hierarquias de cada tipo de equipamento tenderão a situar-se por facilidade de acesso dos usuários no centro da metrópole. É o caso da Universidade dos Hospitais, das escolas especializadas etc., que se encontram na atualidade situados próximos ao centro de Salvador.

O centro então abrangeria os equipamentos regionais e urbanos. Os demais sub-centros de bairros com alta densidade demográfica tenderiam a abrigar os equipamentos urbanos e de bairro, como centros de saúde, postos médicos, escolas secundárias, pequenas bibliotecas, cinemas, formando um pólo de equipamentos de segundo nível. A: um nível inferior encontrávamos a escola primária, o posto médico, etc., distribuídos numa rede difusa, pulverizados por todo o tecido urbano e de difícil contabilização;

b) Estrutura Externa da Meso-Escala - Complementariedade Locacional dos Diversos Equipamentos

As diversas categorias de equipamentos apesar de não serem diretamente ligadas entre si demandam localização num espaço comum do mesmo nível hierárquico para que este espaço possa desempenhar plenamente sua função social. Quer dizer, que a parte de um espaço central determina um certo nível de diversas categorias de equipamentos que devem se encontrar em conjunto para melhor assegurar uma gama diversificada de serviços necessários aos usuários deste espaço. O nível de especificidade do conjunto dos equipamentos é diretamente proporcional ao porte do centro onde se localizam. A tarefa do planejador será hierarquizar os diferentes centros. O centro de nível metropolitano e os diversos sub-centros alternativos com seus respectivos níveis é destiná-los aos conjuntos de equipamentos do mesmo nível de especificidade, isto num processo histórico, paulatino, sistêmico e continuado ao longo de uma escala de tempo, também histórica, para o que faz-se necessário uma ação planejadora constante e sincronizada entre os diversos setores.

### 1.3 ESCALAS DE ABORDAGEM

Inicialmente faz-se necessário estabelecer a tricotomia da abordagem segundo três escalas: a macro, a meso e a micro, destinadas, cada uma, a abrangência específica dos fatores respectivamente exógenos, endógenos e particulares de cada grupo de equipamentos urbanos.

#### 1.3.1 Macro Escala de Abordagem

Refere-se aos âmbitos urbano, metropolitano e regionais e diz respeito aos fatores exógenos que de fora do universo, interferem no seu comportamento, seja inibindo como propiciando e incrementando o desempenho dos equipamentos no mesmo.

A nível do presente trabalho piloto de intervenção, restringimos o âmbito da macro escala de abordagem ao universo metropolitano que engloba o município em causa.

A presente abrangência pode e dever ser ampliada por ocasião do prosseguimento dos trabalhos na medida dos recursos então disponíveis e sempre em função da efetiva influência reflexa no contexto do município.

#### 1.3.2 Meso Escala de Abordagem

Refere-se ao âmbito específico de Salvador e trata dos fatores endógenos que condicionam e/ou determinam a qualidade do desempenho do equipamento urbano da referida cidade.

A nível do presente trabalho piloto, como início de um processo contínuo de planejamento na área, adotou-se uma abrangência para a meso escala de abordagem, que cobre o município sede da região metropolitana de Salvador.



A abrangência em causa para a meso escala de abordagem pode e deve ser mantida nos primeiros anos de prosseguimento da ação planejadora, vez que se pode constatar presentemente a inexistência de fortes vetores de conurbação urbana dos centros tradicionais, notando-se isto sim, o surgimento e incremento de subcentros em localidades mais ou menos afastadas, já no âmbito da macro escala de abordagem.

### 1.3.3 Micro Escala de Abordagem

Trata de pormenores de micro urbanismo, em setores urbanos, com abrangências variáveis em função do porte específico de cada logradouro ou conjunto de logradouros em estudo.

A nível do presente trabalho piloto foi examinada apenas a sub-unidade central e a nível preliminar.

## 1.4 NÍVEIS DE ABORDAGEM

Obviamente, como cabe a um planejamento sistemático, destinado ao prosseguimento da ação planejadora num processo contínuo de análise, diagnósticos, estudo de alternativas, adoção de alternativas de intervenções, intervenções, reavaliação analítica das intervenções (feed back), reelaboração de diagnósticos, correção de intervenções e assim por diante no histórico esforço de otimizar o desempenho do equipamento urbano, fica perfeitamente patente a imperiosa necessidade de se admitir o caráter dinâmico dos níveis de abordagem da realidade urbana no processo contínuo de planejamento e intervenção.

Nessas condições é que há que admitir-se um contínuo trabalho de aperfeiçoamento da aprofundidade do nível de informação para a adoção de decisões, com uma pormenorização crescente, objetivando-se ainda a constante atualização da mesma informação ao longo do tempo, face à dinamicidade peculiar

do quadro urbano, onde o mais preciosista levantamento cadastral de ocupações e usos vê-se com frequência rapidamente transformado em obsoleto documento sem a menor validade para a adequação locacional e dimensional do equipamento.

É precisamente por este motivo que a maioria dos levantamentos exaustivos acumulam-se em arquivos transformando-se frequentemente em material inútil, enquanto a realidade urbana segue seu processo espontâneo de transformação caótica, falta de decisões planejadoras e sobretudo de institucionalidade legal ordenadora, em tempo útil.

Dessa forma o antigo conceito de plano diretor, capaz de predestinar o cenário urbano com grande antecipação e perfeitamente adequado às áreas pré-urbanas, em processo de ocupação incipiente, perde totalmente sua validade quando nas condições peculiares do universo urbano em causa.

Por esse motivo, escolheu-se para os levantamentos à nível do presente trabalho uma abordagem cinemática, mais voltada para as tendências e predominâncias, que para o preciosismo fotográfico instantanista, sujeito a rápida caducidade.

No entanto ao longo do exercício da ação planejadora a ser desencadeada no Município, será possível, sempre em função dos recursos materiais, humanos e de tempo, um crescente nível de pormenorização a que chamaremos níveis de abordagem.

Os níveis de abordagem do presente trabalho piloto, em número de três, referem-se ao nível de diagnóstico, ao nível de alternativas de intervenção e ao de proposição de intervenção e que passaremos a explicitar.

#### 1.4.1 Nível de Diagnóstico

Este nível de abordagem, válido para qualquer das três escalas de abordagem, pretende reunir de forma inteirada, e nos limites das possibilidades de recursos e tempo disponíveis o conjunto de informações dinâmicas (voltadas para as principais tendências e predominâncias) de modo a permitir em tempo útil a compreensão do conjunto de variáveis objetivando a geração de decisões de intervenção em tempo igualmente útil para sua institucionalização e aplicação no processo de planejamento sistêmico e contínuo da realidade em movimento.

A não observação deste critério metodológico conduz à acadêmica acumulação ociosa de um universo de informações tão mais complexo e falho que o resultante da simples leitura urbana, não fosse ainda a incerteza desses dados quanto a continuidade e credibilidade dos levantamentos, realizados com poucos recursos.

Na oportunidade deste trabalho verificou-se principalmente a deficiente informação demográfico-geomorfológica indispensável ao correto equacionamento do equipamento urbano pontual (predominantemente de micro-escala).

O nível de abordagem diagnóstico não apenas refere-se às três escalas de abordagem, a macro, meso e micro, como também aos principais fatores condicionantes do desempenho e da intervenção urbanística, geomorfológicos, acessibilidade, usos, ocupação, equipamento e finalmente à síntese desses mesmos fatores relacionando-se reciprocamente uns em relação aos outros, o que atualmente somente se pode recomendar seja feito e após os específicos levantamentos.

#### 1.4.2 Nível de Estudos Alternativos

Feito o diagnóstico dos aspectos condicionantes e determinantes do desempenho e da intervenção urbanística, procedido o cruzamento das informações específicas de cada fator, os geomorfológicos, os de acessibilidade, os de uso e ocupação e os relativos a equipamento urbano, far-se-á possível examinando-se as influências recíprocas de cada um no desempenho inteirado de todos, conceber alternativas de intervenção de forma a desarticular os principais conflitos, sempre com vistas ao desempenho integrado, usos, ocupações, acessibilidade, equipamentos e dentro do potencial proporcionado naturalmente pela geomorfologia.

Obviamente é necessário considerar-se que para a micro escala de projeto cresce a importância de estudos alternativos do planejamento, sejam projetos arquitetônicos, mecânicos, hidráulicos e outros especificamente executivos, como base para a adoção da alternativa ótima.

#### 1.4.3 Nível de Proposição para Implantação Imediata

Esse nível de pormenorização, partirá da alternativa adotada (dentre as cogitadas ou diretamente do nível de diagnóstico) e desenvolve os projetos de obra de implantação, sobretudo no que respeita decisões locais de cada equipamento.

Somente assim é possível proceder um planejamento dinâmico e objetivo, equivale dizer, com princípio, meio e fim, resultando em obra, construção, implantação, operação, utilização, sem o que, continuar-se-á abarrotando os arquivos mortos de eruditos, acadêmicos, exaustivos e onerosos planos inúteis, com tabelas, gráficos e outras abordagens de caráter não especificamente físicos.

Quanto ao nível de proposição para a implantação imediata nas condições do presente trabalho piloto, e segundo o Termo de Referência do PLANDURB que o pauta, é produzido mais bem recomendações para prosseguimento da ação planejadora que propriamente decisões locais, face a absoluta precariedade da informação disponível, como veremos nas diversas áreas de intervenção setorial.

#### 1.5 PRINCIPAIS CONDICIONANTES DE DESEMPENHO URBANO, DE EQUIPAMENTOS E INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS

Muitos são os fatores condicionantes do desempenho urbano como das intervenções urbanísticas capazes de influenciar positiva ou negativamente o comportamento desejável ou não dos fenômenos urbanos, tais como natureza geomorfológica do sítio urbano, acessibilidade aos logradouros e entre logradouros tanto de pedestres como de veículos, modelo tradicional de uso dos mesmos logradouros, tendências de mutação dos mesmos modelos tradicionais de uso, modelo de ocupação (quanto à densidade) seja espontâneo ou induzida pela atuação da legislação vigente, tendências de mutação do modelo de ocupação (em geral tendências de expansão da verticalidade e mais raramente o esvaziamento pela deteriorização) seja em oposição a legislação vigente ou por ausência ou omissão desta última, e a estrutura disponível de equipamento urbano de saúde, educação, abastecimento, lazer, cultura, transporte, segurança e outros, atuando estas como atrativos para o adensamento dos usos, além de outros condicionantes ainda, do tipo infra-estrutura, (ruas, redes de esgoto, de abastecimento d'água, de energização, iluminação, telefonia, sinalização e comunicação visual, tratamento paisagístico, estes últimos de menor efeito para a adequação do atendimento otimizado da demanda de equipamento urbano.

A nível do presente trabalho piloto, perseguindo objetividade do estudo e proposições, na medida dos recursos e tempo disponíveis, optou-se pela criteriosa seleção dos fatores

condicionantes mais preponderantes no contexto operacional no sentido da viabilização da ação planejadora, tornando-se indispensável o prosseguimento dos trabalhos de pormenorização do planejamento, após esta primeira tentativa.

Nessas condições, foram enfocados os fatores condicionantes, como se disse, mais preponderantes do desempenho urbano e do planejamento da intervenção urbanística para o equipamento urbano de Salvador quais sejam: os fatores geomorfológicos, os de acessibilidade, os de uso, os de ocupação e os da estrutura de equipamentos urbanos, e todos dos pontos de vista das três escalas de abordagem, a macro, a meso e a micro, tratando respectivamente dos fatores condicionantes exógenos, endógenos e os meramente locais.

Assim sendo e para efeito dos diversos níveis de abordagem, diagnóstico, estudos alternativos e proposições para ação imediata, não são no contexto do presente trabalho piloto como quando do seu prosseguimento sistêmico, deverá ser procedido, necessariamente e prioritariamente, o exame dos cinco pacotes de condicionantes em apreço, geomorfológicos, de acessibilidade, de uso, de ocupação e de estrutura de equipamento, devendo-se ainda observar a íntima relação de uns e outros, mediante o procedimento de sínteses, ainda aqui, nas três escalas de abordagem como nos três níveis de abordagem.

O enfoque de outros fatores de menor significação nesta etapa dos trabalhos, pode no entanto, assumir maior relevância ao longo do processo sistêmico que se pretende implantar de forma que oportunamente sejam considerados também.

2. ESTRUTURA GERAL DE USOS URBANOS COMO CONDICIONANTE  
BÁSICO DA ESTRUTURA OTIMIZADA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

Faz-se indispensável a compreensão da URBIS, como um conjunto de espaços dedicados às diversas atividades-fins e meios praticados pelos seus habitantes, onde os equipamentos de caráter social desempenham o papel de pólos e macro-pólos para o exercício de importantes atividades-meio, indispensáveis ao pleno desempenho das atividades-fins relativas estas últimas aos setores secundário, terciário e quaternário, atividades produtivas, de comércio e de serviços, por isso mesmo geradoras de recursos que, em última instância, custarão todas as demais, tais como as exercidas nos locais dos equipamentos em pauta e em geral a fundos perdidos. -

Podemos então; sem sombra de dúvida, esquematizar a cidade como o conjunto dos espaços dedicados às atividades-fins e meios dos seus habitantes, conforme o <sup>onde se encontra</sup> croqui I, entendendo-se por áreas de atividades-fins as dedicadas aos usos industriais, de comércio e de serviços em geral, e como áreas de atividades-meios, aquelas residenciais e de serviços especificamente dedicados à saúde, educação, cultura, lazer, diversão, esporte, abastecimento, comunicações e segurança, sejam as áreas dedicadas ao benefício do homem, sem o que toda a produção urbana esportável há de beneficiar forçosamente outros que não os do contingente urbano gerador de riqueza, terminando por prejudicar a mesma capacidade produtora e geradora de bens da população ativa urbana.

## 2.1 A MOBILIDADE DE MASSAS COMO CATALIZADOR INDISPENSÁVEL DA ADEQUADA INTERAÇÃO DE ATIVIDADES-MEIOS E FINS DO CONTEXTO URBANO

Ora bem, considerada a natureza do universo urbano, onde se situam tanto o arsenal produtivo, como a população produtora e seus equipamentos "existenciais", considerado o intermitente e compulsório deslocamento da população entre uns e outros espaços no cumprimento de suas funções meios e fins, considerada a atual crise mundial de energia e considerado finalmente o gradativo e acelerado colapso do espaço viário central urbano por força do compulsório modelo automobilístico que adotamos, fica perfeitamente clara a preponderância do equipamento estático de transporte, terminais rodoviário, urbano, centrais de coletivos, terminais ferroviários integrados aos anteriores, terminais aquoviários de veículos e principalmente de passageiros, amplos estacionamentos periféricos (fora do centro mas próximos do mesmo) elevadores, planos inclinados, escadas rolantes, calçadas, passarelas, baias para acostamento de coletivos no embarque e desembarque de passageiros hierarquização viária central e centro bairro, assim como uma radical reformulação de todo o modelo vigente de transporte de massa, se quisermos realmente alcançar um mínimo de racionalidade no que tange a formulação de uma política locacional para o equipamento urbano de caráter social.

Compreenda-se que a simples introdução de um plano inclinado, em determinado contexto <sup>geográfico</sup> geométrico de um logradouro qualquer, é de molde a subverter o mais cuidadoso enfoque Christalleriano, seja no que tange a acessibilidade segundo isócronas de tráfego como segundo distâncias pedestrelizáveis, com substancial alteração das condições de desempenho locacional de todos os equipamentos urbanos deste logradouro.



É perfeitamente óbvio que nessas condições, somente após uma intervenção devidamente ambiciosa no sistema de transporte de massa, nos termos da preconizada no Plano Piloto de Intervenção Urbanística sistêmica continuada na sub-unidade central de Salvador, somente então existirão as condições indispensáveis para a adequada formulação locacional das redes de equipamentos urbanos de caráter social, segundo a hierarquia, o limiar e o alcance de cada equipamento tipo.

## 2.2 A SINGULARIDADE DE CADA CASO TIPO EQUIPAMENTO

Nessas condições é considerada a hierarquia do equipamento hospital, ambulatório, pronto socorro, posto de saúde ou posto médico, por exemplo, considerado o seu limiar de viabilidade operacional, porte mínimo econômico, e seu alcance máximo adequado, porte máximo recomendável para o desempenho ótimo, considerados ambos estes limites face o universo local, urbano ou regional de demanda e principalmente o quadro disponível de acessibilidade de massa, pedestres, coletivos e/ou veículos da mais alta seletividade), somente então e interadas estas variáveis, faz-se possível intervir adequadamente, quanto as decisões locais específicas do equipamento.

Este não é obviamente o objetivo lógico deste trabalho preliminar, dados o porte e complexidade do universo de estudo (o município sede metropolitano da Grande Salvador) o conjunto de grupos específicos de equipamentos (saúde, educação, cultura, segurança, comunicações e outros) e significativamente a limitações de recursos e tempo disponíveis alocados, para tanto, pelos termos de referência, mas faz-se, isto sim, indispensável, estabelecer aqui de forma definitiva os critérios de procedimento sistêmico no sentido de informar os trabalhos subsequentes e continuados relativos as políticas locais para cada grupo de equipamentos tipo, assim como para cada equipamento de per si.

3. PRINCIPAIS GRUPOS DE EQUIPAMENTOS URBANOS DE CARÁTER SOCIAL E SEU RELACIONAMENTO COM A ESTRUTURA LOCAL, URBANA E REGIONAL

Com vistas a primeira aproximação relativa ao exame da constelação de equipamentos urbanos do contexto municipal de Salvador, passamos a bordar o conjunto dos diversos grupos de equipamentos urbanos de forma sistêmica, objetivando não só o relacionamento de cada um com o contexto local, urbano e regional, como os eventuais relacionamentos significativos de uns e outros grupos de equipamentos, quais sejam: equipamentos de educação, saúde, cultura, abastecimento, segurança, comunicações postais e telefônicas, de turismo, lazer, esporte, limpeza urbana e finalmente o chamado grupo dos equipamentos estatísticos de transporte, este último responsável em grande parte pelas principais decisões locais relativas a todos os demais.

Escusado será dizer que as repartições públicas, serviços públicos, órgãos federais, estaduais e municipais, não podem ser genericamente confundidos com equipamentos urbanos vez que na maioria das vezes desempenham funções institucionais administrativas, normativas infraestruturais urbanísticas, de planejamento, de natureza especificamente ligadas as atividades quaternárias, perfeitamente integradas àquelas ditas atividades-fins do contexto urbano-regional, salvo nos casos de algumas repartições dedicadas a prestação de serviços públicos de natureza especificamente beneficiadora do homem, da qualidade de vida, da formação educacional e cultura, da manutenção da saúde, da comunicação, da higienização dos logradouros e da agilização da mobilidade.

Compreende-se assim o conceito de equipamento urbano de caráter social de forma que adiante examinaremos cada grupo (saúde,

educação, cultura, transporte, etc), considerando-se seu relacionamento com a estrutura local, urbana e regional (equipamentos centrais, locais, regionais, etc), além do eventual relacionamento intergrupos de equipamentos (saúde/educação, educação/transporte, saúde/ transporte, lazer/cultura, etc).

Listamos a seguir os grupos de equipamentos urbanos com suas respectivas famílias:

*critérios para a classificação dos equipamentos.*

- a) Grupo dos Equipamentos de Saúde, com as Famílias de Hospitais, de Centros de Saúde e de Postos de Saúde. As farmácias, quando estabelecimentos isolados, podem ser consideradas como pertencentes ao setor terciário;
- b) Grupo dos Equipamentos de Educação, com Famílias de 1º, 2º e 3º graus;
- c) Grupo dos Equipamentos de Cultura, com as Famílias de Teatros, Cinemas, Museus, Galerias de Arte e Bibliotecas;
- d) Grupo dos Equipamentos de Lazer, com as Famílias de Parques, Praças, Praias, Praças de Esporte. Modernamente e em alguns casos, as praças de esporte podem fazer parte dos Grupos ou de Educação ou de Cultura;
- e) Grupo dos Equipamentos de Turismo, com as Famílias Hoteleira, Centros de Convenção, Centros de Turismo;
- f) Grupo dos Equipamentos de Abastecimento com as Famílias de Centros de Abastecimento, de Super-Mercados, de Varejo, Feiras Estáticas e Ambulantes. Os matadouros, frigoríficos, armazéns de cereais, moinhos, via de regra, fazem parte da infra-estrutura portuária, rodoviária, assim como pertencem ao setor secundário, devendo no entanto serem considerados do ponto de vista de seu relacionamento com os equipamentos de abastecimento;

*As - as diárias*

*As - as equipamentos*

- g) Grupo dos Equipamentos de Comunicação, com as Famílias de Correios e Telégrafos, Central e Postos, Telefones, Central e Postos, além da Comunicação Visual Urbana;
- g) Grupo dos Equipamentos de Segurança, com suas Famílias de Polícia e Bombeiros;
- i) Grupo dos Equipamentos Estáticos de Transporte, os de maior relevância no desempenho urbano propriamente dito, como para o desempenho dos próprios demais equipamentos urbanos.

Apresenta-se, segundo suas famílias, de Terminais de Coletivos Centrais, Periféricos e de Bairros, Estacionamentos Centrais e Periféricos, Equipamentos de Pedestrelização Mecanizada, Elevadores, Planos Inclinados e Escadas Rolantes, Terminais Aquoviários, Rodoviários, Ferroviários e Aeroviários.

4. ESTRUTURA, HIERAQUIAS TIPO DO EQUIPAMENTO DE EDUCAÇÃO  
SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS  
GRUPOS DE EQUIPAMENTOS URBANOS

O equipamento da educação deve por princípio desempenhar papel insubstituível na preparação do homem para o adequado desempenho sócio-econômico, sem o que o indusirá ao desemprego, a marginalização, a criminalidade, ao desajustamento, em fim, o que aliás, via de regra vem acontecendo em parte face sua inadequada estrutura física (qualidativa e quantitativa), e por outro lado face as deficiências exôgenas relativamente a estrutura urbana, sobretudo no que respeita à mobilidade e acessibilidade (relação educação-transporte). Outros fatores conjunturais e sócio-estruturais intervêm ainda no desempenho do equipamento urbano de educação em Salvador, mas não são objeto do presente trabalho de enfoque prioritariamente urbanístico-locacional.

Abordamos, a seguir, cada nível hierárquico do equipamento urbano de educação, examinando suas principais demandas locacionais, relativas a seus universos específicos de atuação.

#### 4.1 EQUIPAMENTO URBANO DE EDUCAÇÃO DO 1º GRAU

Entende-se como do 1º grau, o equipamento de educação, urbanisticamente associado intimamente, com os usos residenciais, voltado para o atendimento de uma demanda caracterizada pelas faixas etárias de menor idade, usuários extremamente dependentes de condições ambientais, adequadas para seu deslocamento com segurança da casa ao equipamento em causa. A eventualidade do mesmo equipamento ser usado em horários noturnos, para o atendimento de educação tardia de outras faixas etárias, não elimina nestes horários a conveniente proximidade em relação aos espaços residenciais, vez que ainda aqui faz-se desejável a íntima relação casa-escola, no sentido de minimizar os exaustivos deslocamentos de estudantes extemporâneos após uma longa jornada de trabalho diurno.

Mas, no caso do uso diurno, preponderantemente composto de usuários mais jovens, fica perfeitamente claro a extrema necessidade de acessibilidade mínima do contexto residencial dos usuários.

Esta distância mínima, raio de ação das unidades tipo do 1º grau, ocupando o baricentro de seus universos de atendimento, é sabidamente variável, face à densidade de ocupação do espaço circundante, equivale dizer à densidade de ocupação do mesmo universo. Assim sendo, é que se admite teoricamente raios de 10 (dez) quilômetros em contexto rurais 5 (cinco) quilômetros em contexto pré-urbanos, e mesmo de 500 (quinhentos) metros em contexto tipicamente urbanos de alta densidade.

Faz-se indispensável, no entanto, perceber que o conceito de raio-distância não é suficiente para o correto equacionamento dos aspectos do desempenho locacional do equipamento de educação do 1º grau, vez que a conformação geomórfica dos logradouros, principalmente nas condições das tipologias topográficas de Salvador, são de molde a intervir na acessibilidade pedestre

de tão forte preponderância no desempenho do equipamento de educação do 1º grau.

É fácil perceber que o percurso a pé de 500 (quinhentos) e mais metros, em rampas de 25 (vinte e cinco), 30 (trinta) e mais % (por cento) é de molde a alterar completamente as características de acessibilidade pedestrelizável às unidades de 1º grau do equipamento de educação, de forma que nessas condições devemos substituir o conceito de distância pelo de isócronas pedestais, correspondendo 500 (quinhentos) metros planos a três minutos de caminhada a pé, a velocidade de marcha de 10 km/h, em terreno plano, variando-se então a distância ao sabor da topografia dos percursos e seus obstáculos.

Este raio, sob a forma de tempo de locomoção no entanto, obviamente não poderá ser adotado como padrão de alcance das escolas de 1º grau, vez que a densidade demográfica de suas áreas de influência, melhor dizendo, a densidade demográfica de suas áreas de atuação, determinarão, estas sim, a economicidade operacional dos mesmos equipamentos.

Faz-se indispensável perceber que por mais acidentada que seja uma área pré-urbana, por exemplo, de baixa densidade de ocupação, jamais será possível dispor escolas do 1º grau para cada situação topográfica recomendável, vez que estarão necessariamente carentes de uma demanda proporcional ao limiar operacional de porte mínimo.

Nessas condições, faz-se indispensável, nas áreas rurais e pré-urbanas relaxar as exigências quanto a fácil acessibilidade como condição indispensável, para o alcance do limiar mínimo operacional econômico das unidades de menor porte, principalmente no contexto macro-econômico, carente de recursos como em países ou regiões sabidamente pobres.



Já nas áreas urbanas, densamente ocupadas, podemos alcançar, mediante a economia de escala, melhores condições qualitativas para o atendimento, já então privilegiando-se os conceitos de micro acessibilidade e minimizando-se as preocupações relativas ao alcance teto dos equipamentos, vez que nessas áreas de grande densidade, somente a pluralização de unidades de porte teto proporcionará o atendimento adequado da demanda.

Como se pode compreender, o equacionamento locacional do equipamento de ensino do 1º grau exige um cuidadoso procedimento de micro-escala urbanística para cada projeto de implantação, cabendo no entanto à meso e macro escalas, um procedimento voltado para a identificação das grandes massas de demanda e sua estrutura espacial.

Ambos os procedimentos no entanto, longe estão de serem estáticos, face o processo de rápida densificação das áreas pré-urbanas, fazendo caducar rapidamente as mais ambiciosas proposições locacionais para estas áreas enquanto que nas áreas urbanas mais maduras, de maior densidade, muitas são as mutações de acessibilidade, novas vias expressas, viadutos, mutações de uso, esvaziamentos habitacionais substituídos por expansões do comércio e serviços, mutações estas ao sabor do precário equilíbrio ecológico urbano.

Em síntese o equacionamento do equipamento de ensino do 1º grau, exige um constante controle cadastral dos micro-universos de usuários, no sentido das constantes intervenções reajustadoras do equilíbrio entre oferta e demanda, mediante um exaustivo trabalho sistêmico, atualmente carente de informações cartográficas censitárias por módulos geomórficos, de disponibilidade de recursos, principalmente humanos, numa escala que transcende de muito as necessidades materiais mínimas para o cumprimento desta tarefa social.

Sabemos com segurança que atualmente, qualquer escola do 1º grau que seja instalada em áreas de grande densidade, à distância de 1.000 (mil) metros da mais próxima congênere estará muito bem situada e terá sua capacidade plenamente ocupada pela demanda inatendida, enquanto que nas áreas pré-urbanas, de menor densidade, esta distância pode ser determinada proporcionalmente para cada caso segundo a demografia local.

Carece principalmente o município, para o aperfeiçoamento dos critérios locacionais do equipamento educacional do 1º grau, de um mapeamento mais pormenorizado e constantemente atualizado da demografia urbana a ser procedido rigorosamente em função dos módulos geomórficos de espaço quase plano contínuo, nos termos da metodologia adotada no Plano Piloto para Intervenção Urbanística Sistemática Continuada na Sub-Unidade Central de Salvador, do OCEPLAN-PLANDURB.

Qualquer tentativa de equacionamento da estrutura espacial de equipamento urbano de educação do 1º grau no município, sem o procedimento ora preconizado (no parágrafo anterior) resultará em uma série de recomendações conceituais, imprecisas, inquantificáveis, e pouco objetivas, vez que as informações censitárias quantitativas e qualitativas (etárias, de renda, etc) não coincidem com a estrutura geomórfica de condicionamento físico da acessibilidade específica do 1º grau.

Nessas condições, haverá que continuar-se a proceder casuisticamente até que sejam dotados recursos materiais e humanos, além de tempo para o adequado planejamento da estrutura de equipamento de educação do 1º grau.

#### 4.1.1 Ensino de 1º Grau

O ensino de primeiro grau se reveste de especificidade no contexto do sistema educacional, em relação aos demais níveis de ensino. Seu caráter de universalidade (ensino obrigatório) e gratuidade para aqueles que se encontram em idades de 7 a 14 anos, estabelecidas pela legislação em vigor, impõe uma constância de investimentos da administração pública neste setor.

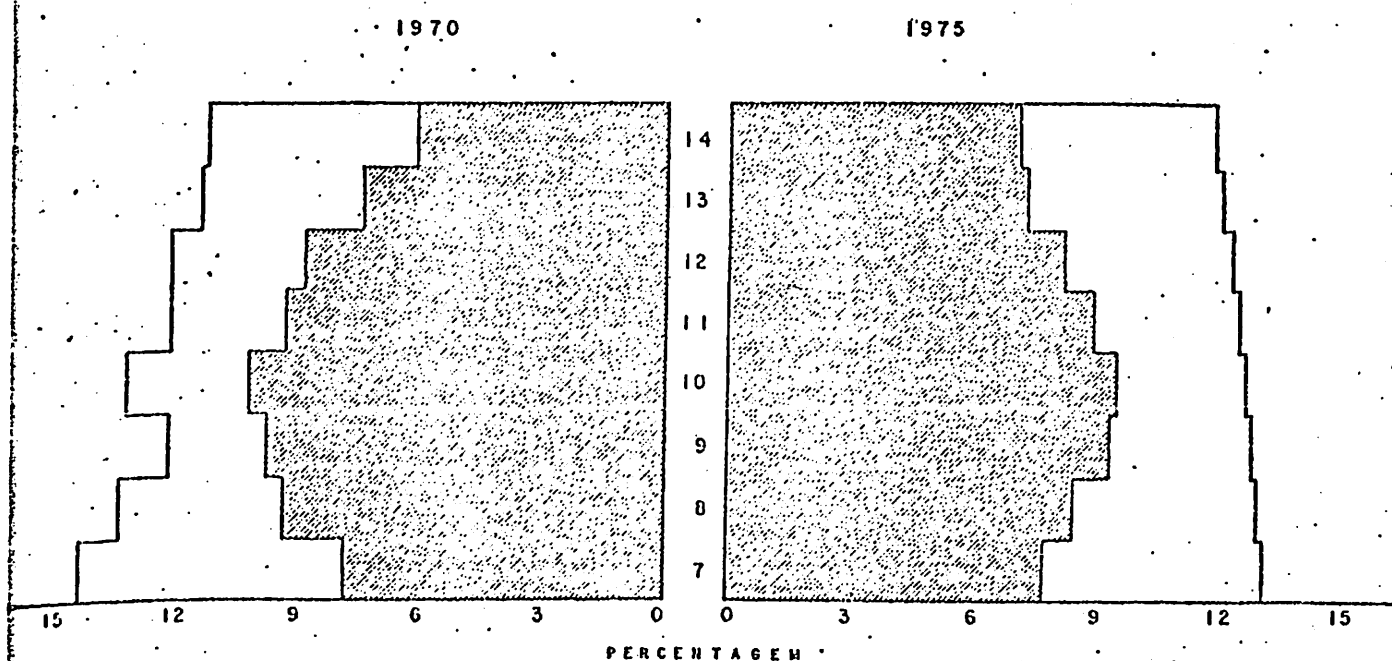
Por outro lado, a perspectiva de municipalização que surge com a reforma do ensino do 1º e 2º graus de 1971 (Lei 5692/71), também se traduz na responsabilidade que assume o poder municipal no atendimento à população que requer estudos nesse nível.

No caso de Salvador, o acompanhamento contínuo das direções de expansão e formas de ocupação do solo, do processo de crescimento da população, do conhecimento da tipologia das habitações, constituem no indicador básico para o eficiente desempenho dos serviços educacionais, hoje ainda, a mercê de conjugação de esforços integrados das várias esferas de poder que atuam neste campo.

Uma consideração básica, em relação à demanda, deve ser evidenciada. Em 1977, na faixa etária de 7 a 14 anos, residiam em Salvador, 274.047 crianças e jovens, significando 20% da população total do município e que para o ano 2.000 este segmento populacional estará em torno de 682.679 pessoas, segundo estimativa do PLANDURB - Prefeitura Municipal.

Quanto ao atendimento escolar nesta faixa etária, também em 1975, encontrava-se em torno de 63% o que significava um déficit de 37%.

Salvador - População de 7 - 14 anos escolarizado no 1º grau  
1970-1975



População matriculada  
 População total

- Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Mec-Relatório extraídos do levantamento realizado em 30-4-1970.

- Asp - Secretaria da Educação e Cultura (Tabelas fornecida em 1976)  
Fundação Centro de Planejamento de Bahia - Estimativa de população.

Publicado em Indicadores Sociais 2/1977 - CEPLAB/SEPLANTEC

#### 4.1.2 A Situação do Ensino

A ausência absoluta de coerência entre as diversas fontes de informações que dispõem de dados sobre ensino de 1º grau em Salvador dificultam qualquer esforço de análise, mesmo que em termos de macro-escala, das condições educacionais do ensino de 1º grau sobretudo quanto à oferta de ensino e das características com que se reveste este processo.

A tentativa realizada para dimensionar a evolução recente da oferta de ensino de 1º grau em Salvador permite, ainda que com reservas, indicar o crescimento das matrículas entre as diversas esferas administrativas. Desta forma, observa-se que entre 1974 e 1977 houve um aumento de cerca de 65% de novas matrículas, com tendência para expansão mais acentuada do ensino dependente do investimento particular. A oferta privada de ensino cresceu em 104%, embora em relação ao total sua participação relativa variasse de 21 para 26%.

Diferentemente do total do Estado, onde já em 1972, o ensino de dependência municipal se responsabiliza por 58,2% do total de matrículas, em Salvador, a despeito de uma participação descecente (62% em 1974 e 58% em 1977), as escolas estaduais ainda oferecem maior parcela de matrículas. A redução de participação relativa que se observa mais fortemente para a dependência estadual e menos significativa para a dependência municipal (em 1974 representando 17% e 16% em 1977) se dá em função de expansão do ensino particular.

Este fenômeno pode induzir uma tendência à privatização do ensino, fato este em absoluto desacordo dos dispositivos legais em vigor.

SALVADOR - ENSINO DE 1º GRAU

MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

1974 e 1977

	TOTAL		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	abs.	nº índices	abs.	nº índices	abs.	nº índices	abs.	nº índices	abs.	nº índices
1974										
Abs.	186.577	100	668	100	117.152	100	32.367	100	39.390	100
%	100		0		62		17		21	
1977										
Abs.	311.374	165	508	76	180.853	154	49.513	152	80.500	204
%	100		0		58		16		26	

Fontes: 1974 - Anuário Estatístico da Bahia, 1974, SEPLANTEC

1977 - CLAN - Levantamento direto.

Confirmando a hipótese de tendência à privatização do ensino em Salvador, a informação obtida para cerca de 50% das escolas existentes em Salvador, quanto ao ano de instalação, observa-se como se acentuou o movimento de instalação de novas escolas particulares a partir de 1971, enquanto, no mesmo período se reduz o esforço do Estado e do Município em relação à década anterior. A tabela a seguir é ilustrativa da situação descrita.

A composição interna da matrícula, segundo as séries, pode ser observada no gráfico anexo onde se observa diferenças significativas entre os dois anos apresentados.

Em 1970, o afunilamento da pirâmide nas últimas séries é o indicativo da expressiva seleção que ocorre no sistema. Por outro lado, a mudança significativa ocorrida nesta distribuição para o ano de 1975, conduz a duas hipóteses. Em primeiro lugar estava a dúvida quanto à confiabilidade dos dados em relação a 1970 e 75. Em segundo lugar, admitindo-se a certeza destes, tende-se a considerar que o passo qualitativo para um quase equilíbrio de acesso às últimas séries do 1º grau, seja devido a certos mecanismos de intervenção, com vistas à desobstrução de algumas séries, através por exemplo de formas de promoção semi ou totalmente automáticas.

Um outro aspecto induz à desconfiança quanto a informações disponíveis. Em 1977 a Prefeitura Municipal de Salvador tinha 75% de suas escolas oferecendo apenas as quatro primeiras séries. E o Estado que respondia por 58% de ma matrícula total do 1º grau tinha 76% de seus estabelecimentos também oferecendo apenas as quatro primeiras séries. Nestes termos o equilíbrio entre as matrículas das quatro séries iniciais e as seguintes estaria decisivamente prejudicado.

SALVADOR - ENSINO DE 1º GRAU

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E

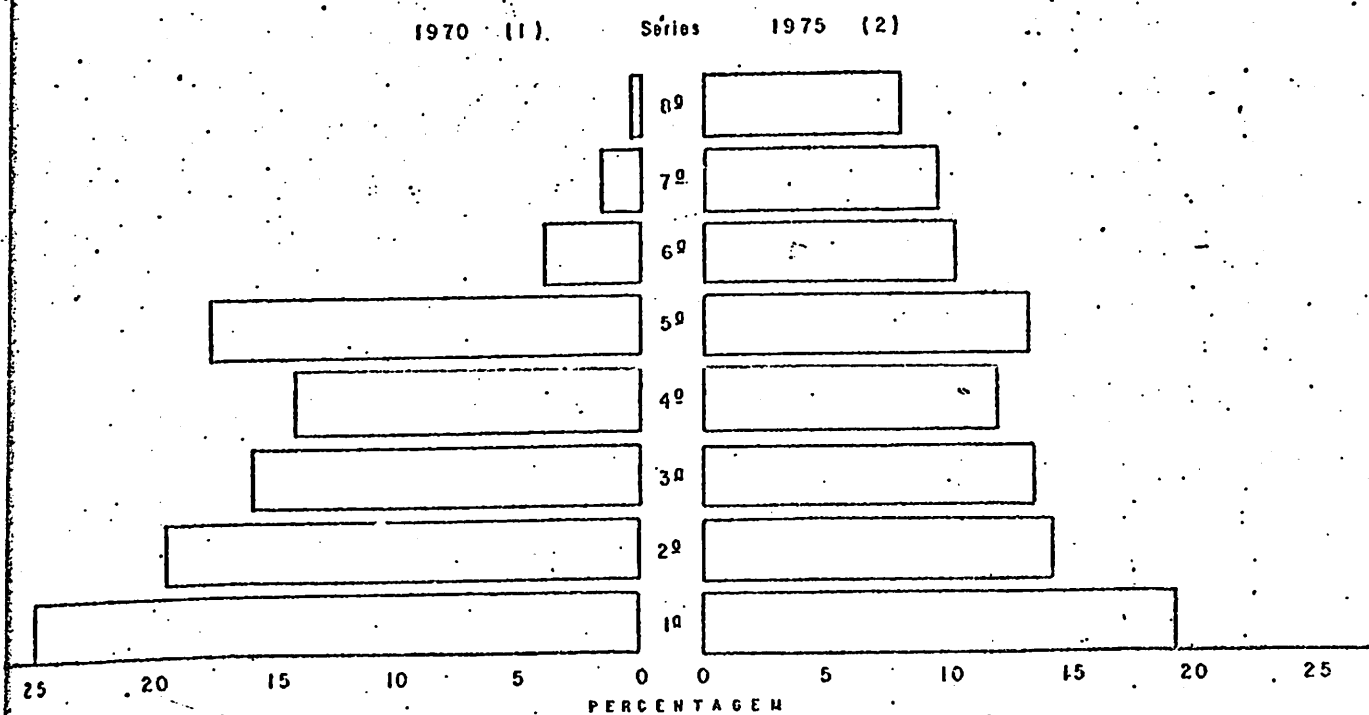
PERÍODO DE INÍCIO DE ATIVIDADES

Dependên- cia adminis- trativa	Período de instalação				Sem informa- ção do iní- cio de fun- cionamento	TOTAL
	Até 1950	1951/1960	1961/1970	1971/1977		
Federal	-	1	-	-	-	
Estadual	23	22	49	32	137	263
Municipal	1	9	37	27	72	146
Particular	15	20	60	72	122	289

Fonte: CLAN - levantamento direto



Salvador - Composição da Matrícula Total do Ensino do 1º Grau  
1970-1975



Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura - Mec - Relatório extraído do levantamento realizado em 30-4-1970  
Sistema de Informações Estatísticas da Educação e Cultura - Sec-Bahia - Anuário de Dados Estatísticos e Educacionais  
1975.

Publicado em Indicadores Sociais nº 2/1977 -- CEPLAB/SEPLANTEC

O esforço desenvolvido para conhecimento da distribuição das escolas pelos bairros em que se distribui a cidade são incorporados a esta análise como elementos para posteriores estudos, vez uma apreciação a nível destas sub-estruturas exigem relações mais amplas com outras variáveis não disponíveis até então.

#### 4.1.3 Conclusões

A ausência quase absoluta de dados sistemáticos sobre o comportamento do ensino em Salvador em termos de agregados e informações desagregadas pelos diversos aspectos que decisivamente influenciam na determinação das tendências educacionais na cidade impedem uma análise deste setor.

Nesta perspectiva inclui-se também a ausência de informações sobre variáveis básicas que diretamente determinam as medidas de avaliação da demanda e oferta de ensino, como já referidas.

Sob tais restrições, admite-se, contudo, que algumas conclusões parecem-se tornar evidentes, a despeito, de serem colocadas como a nível de suposições iniciais:

- o esforço de atendimento à demanda educacional na cidade de Salvador, em termos da atuação de organismos públicos ainda concentra-se no poder estadual, parecendo estar em muito distante a possibilidade de hegemonia municipal, como determina a legislação em vigor;
- Evidencio-se uma tendência de privatização do ensino, pelo dinamismo do investimento privado, caso não seja retomado o investimento público, mais concentrado na década de 1960.

#### 4.2 EQUIPAMENTO URBANO DE EDUCAÇÃO DO 2º GRAU

No que tange o 2º grau, equipamento de educação de hierarquia atualmente relacionada internacional e nacionalmente com o âmbito de bairro, ocorre singularmente em Salvador que a estrutura locacional desse equipamento ainda se apresenta espacialmente como numa rede típica da hierarquia urbana. Equivale dizer que as escolas do segundo grau concentram-se em torno da sub-unidade central de Salvador, como flagrante testemunho da sobrevivência do passado provinciano, onde os "ginásios" atendem a toda a demanda das pequenas cidades do porte de até 500.000 habitantes, em total desacordo com o porte atual e metropolitano de Salvador, com mais de 1.000.000 de habitantes e crescente responsabilidade regional.

Esta singular reminiscência estrutural provinciana, em plena metrópole regional, reflete a eficiente utilização do sistema central de transporte de massa para ampliação do alcance operacional dos estabelecimentos de ensino do segundo grau, quando usuários dos mais distantes bairros beneficiam-se do sistema de transporte coletivo para o acesso diário ao ensino do segundo grau, muito embora tal situação denuncie, por outro lado, uma escassa oferta, aquém da demanda efetiva dos bairros densamente ocupados, além do gravame relativo ao custo do transporte, não raras vezes proibitivo do acesso dos mais pobres estudantes ao ensino provincianamente centralizado de segundo grau.

Nessas condições verifica-se uma inconveniente queda de qualidade no entendimento qualitativo e quantitativo do ensino do segundo grau e profissionalizante o que explica a significativa presença de contingentes humanos procedentes do Sul do país no preenchimento de funções do nível médio no CIA e Pólo Petroquímico de Camaçari.

A nível deste trabalho preliminar, e no que tange especificamente a estrutura física do equipamento urbano de educação do segundo grau, o simples exame da rede mapeada evidencia a defasagem entre a atual demanda metropolitana e uma oferta tipicamente urbo-provinciana, demasiadamente centralizada, junto a Sub-Unidade Central do Modelo Físico Territorial de Salvador.

Uma intervenção corretiva de tal distorção, somente será possível, mediante um procedimento paulatino, em prazo histórico, por força dos grandes investimentos necessários e da conhecida escassez de recursos, mas, faz-se absolutamente necessário, iniciar-se o quanto antes tal procedimento se é verdade que se pretenda evitar o incremento da marginalização da população urbana da metrópole em relação ao modelo de desenvolvimento adotado para a mesma, quando das intervenções urbo-econômicas no Centro Industrial de Aratu e no Pólo Petroquímico de Camaçari.

Nas condições de uma verdadeira metrópole do porte maior que o milhão de habitantes com, perspectivas de alcançar o quarto milhão (segundo as atuais projeções menos ambiciosas) antes do fim do século, fica absolutamente claro que o equipamento de ensino do segundo grau deva descer ao nível de bairro, prioritariamente naqueles bairros mais populosos, Liberdade e limitrofes, de forma a assumir a escala hierárquica necessária ao efetivo atendimento da demanda, assumir a hierarquia de bairro metropolitano em substituição à antiga hierarquia urbo-provinciana de cada vez mais longínquo passado.

A não observação do critério supra exposto resultará numa desastrosa marginalização funcional das gerações atualmente em idade de cursar o segundo grau, com deseconomia social muito superior aos custos da urgente readequação quantitativa

e qualitativa da rede de equipamentos urbanos de educação do segundo grau para emprestar-lhe características de hierarquia na escala do bairro.

O cordão de estabelecimentos de ensino do 2º grau, identificados em torno do Centro de Salvador pelo Plano Piloto de Intervenção Urbanística Sistêmica Continuada na Sub-Unidade Central de Salvador (do MFT) continuará desempenhando importante papel como do 2º grau de ensino altamente seletivo, mas é absolutamente inadmissível que possa suportar a crescente demanda da escala metropolitana do contexto municipal sede metropolitana.

#### 4.2.1 Considerações Gerais do 2º Grau

O ensino de 2º grau passou a ser encarado como uma etapa importante no processo educacional, só mais recentemente, quando o fenômeno de urbanização no Brasil atinge índices expressivos e as exigências das novas tecnologias utilizadas no processo produtivo impõem uma melhor preparação da mão-de-obra disponível.

Assim é que, antes da Reforma do ensino que data de 1971 com a Lei 5.692, apenas cursavam o 2º grau os alunos, ou que pretendiam ingressar nas escolas superiores (geralmente limitava-se à faixa da população de maior poder aquisitivo), ou os que visavam desempenhar o magistério primário, ou os que se dispunham a exercer a profissão de técnico em contabilidade, restando uma pequena percentagem para os demais cursos técnicos que em geral, quando existiam, ficavam restritos aos grandes centros urbanos.

Havia, sem dúvida, uma seleção, e em consequência, uma elitização do ensino, principalmente a partir do 2º grau, seja porque o número de estabelecimentos existentes era bastante limitado e o número de vagas tanto de 2º grau como para os cursos superiores era mais ainda restrito, ou porque os investimentos exigidos eram muito elevados, geralmente acima das possibilidades da grande maioria da população.

Uma vez absorvida a condição imposta pelo próprio desenvolvimento tecnológico, o sistema educacional brasileiro teve que se adequar às novas exigências

do mercado de trabalho, sendo então introduzidas reformas estruturais no ensino, as quais foram oficializadas com a já referida Lei 5.692 que além de dar o caráter profissionalizante ao 2º grau, unifica os antigos ensinos primário e de ginásio, transformando-os em ensino de 1º grau e define normas específicas para o ensino supletivo e os demais níveis de educação existente.

Para o 2º grau, são relacionados novos cursos de formação eminentemente técnico-profissional, com habitações mais particularizadas a cada local específico e que melhor atendam às necessidades do mercado de trabalho existente nos mesmos.

Esta maior diversificação da oferta, aliada às facilidades introduzidas para o ingresso ou reingresso de alunos às escolas, sem dúvida, determinaram o crescimento da demanda de 2º grau observado nestes últimos anos (em Salvador entre 1971 e 77 a matrícula de alunos de 2º grau praticamente foi duplicada de 30.566 passou para 60.287 alunos em relação aos anos acima indicados.

Deve-se salientar também, que além das dificuldades e limitações impostas pelo próprio sistema educacional do país até bem pouco tempo as oportunidades de trabalho para os concluintes do 2º grau eram praticamente as mesmas das pessoas que não o possuíam, a excessão daquelas faziam o pedagógico ou contabilidade que geralmente desempenhavam o magistério ou exerciam a profissão de contador.

Os demais cursos técnicos, além de serem excessivos, não tinham, na maioria das vezes, um mercado de trabalho local garantido, e portanto, pouco atrativo exerciam.

Não restam dúvidas que a situação anterior do ensino se adequava perfeitamente ao estágio de desenvolvimento do país, particularmente o de nível técnico, o qual só assumiu maior importância após o incremento da industrialização e do conseqüente crescimento da população urbana.

Pode-se concluir então, que o incremento do ensino ocorrido nos últimos anos, particularmente os de 2º e 3º graus, deve-se às exigências do mercado de trabalho dado o uso crescente de tecnologias avançadas nos processos produtivos que passa a requerer uma mão-de-obra altamente qualificada e especializada.



#### 4.2.2 Análise do Ensino de 2º Grau

O ensino de 2º grau em Salvador pode ser visto sob dois aspectos: um voltado exclusivamente à preparação do aluno para o ingresso às escolas de nível superior e o outro, de nível profissionalizante, procura desenvolver aptidões de forma a qualificar o aluno para o mercado de trabalho.

Pode-se deduzir que a situação atual do ensino de 2º grau de Salvador ainda não conseguiu atingir os objetivos contidos na própria Lei da Reforma, ou por só mais recentemente ter havido uma maior preocupação por parte dos dirigentes de escolas em absorvê-los integralmente, ou porque, o número ainda reduzido de estabelecimentos de 2º grau e as condições de instalações da maioria deles não permitiram atingi-los em sua plenitude.

De qualquer forma, verifica-se algumas modificações significativas nas políticas atualmente adotadas, principalmente no que se refere à política de descentralização do ensino da Secretaria de Educação do Estado.

Uma vez ocorrendo, em números mais expressivos, implantação de unidades escolares, de 2º e até mesmo 3º graus, em várias cidades do Interior do Estado, deixa de ser Salvador o exclusivo Centro a preparar alunos para os exames de vestibulares das escolas superiores, ou a qualificar o estudante para o desempenho de uma profissão.

No entanto, se esta política em sua forma mais ampla tem sido uma meta da Secretaria de Educação a nível de Estado, a nível intra-urbano, a rede de ensino, particularmente de 2º grau, tem se localizado de forma mais ou menos concentrada, confirmando em algumas áreas inchações bastante significativas, mesmo que em tantas outras já densamente ocupadas, não existam unidades de ensino do nível em questão.

IMPOR - 1977

Ordem	Localização (Zonas)	Quantidade de Estabelecimento por Dependência Administrativa					Matrícula por Dependência Administrativa					Estrutura Percentual (%)							
		Total (a)	F (b)	E (c)	M (d)	P (e)	Total (a)	F (b)	E (c)	M (d)	P (e)	Quant. Estabelecimento				Matrícula			
												(b/a)	(c/a)	(d/a)	(e/a)	(c/a)	(d/a)	(e/a)	(c/a)
01	Barbalho	2	1	1	-	-	9.004	3.200	5.804	-	-	50,0	50,0	-	-	35,5	64,5	-	-
02	Barris	3	-	-	-	3	1.250	-	-	-	1.250	-	-	-	-	-	-	-	100,0
03	Eoa Viagem	2	-	1	-	1	3.179	-	3.059	-	120	-	50,0	-	50,0	-	96,2	-	3,8
04	Eoca do Rio	1	-	-	-	1	105	-	-	-	105	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
05	Bonfim	3	-	2	-	1	1.309	-	1.189	-	120	-	67,0	-	33,0	-	90,8	-	9,2
06	Brotas	3	-	1	-	2	3.376	-	3.236	-	140	-	33,0	-	67,0	-	95,9	-	4,1
07	Caixa D'Água	1	-	1	-	-	3.146	-	3.146	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	100,0
08	Carcela	1	-	-	-	1	820	-	-	-	820	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
09	Garcia	4	-	-	-	4	2.412	-	-	-	2.412	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
10	Grapa	1	-	-	-	1	97	-	-	-	97	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
11	Itapoa	1	-	1	-	-	1.418	-	1.418	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	100,0
12	Jardim Cruzeiro	1	-	-	-	1	78	-	-	-	78	-	-	100,0	-	100,0	-	-	-
13	Liberdade	2	-	2	-	-	1.978	-	1.978	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	100,0
14	Loabato	1	-	-	-	1	20	-	-	-	20	-	-	100,0	-	100,0	-	-	-
15	Nazaré	14	-	3	-	11	18.871	-	12.120	-	6.751	-	21,0	-	79,0	-	64,2	-	35,8
16	Ordina	2	-	-	-	2	1.292	-	-	-	1.292	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
17	Pituba	3	1	-	-	2	385	255	-	-	130	33,3	-	-	66,7	66,2	-	-	33,8
18	Paripori	2	-	1	-	1	1.195	-	475	-	720	-	50,0	-	50,0	-	39,8	-	60,2
19	Ribeira	4	-	2	-	2	4.578	-	4.326	-	252	-	50,0	-	50,0	-	44,5	-	5,5
20	Rio Vermelho	3	-	1	-	2	1.012	-	508	-	504	-	33,3	-	66,7	-	50,2	-	49,8
21	Rosa	1	-	-	-	1	135	-	-	-	135	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
22	São Caetano	1	-	1	-	-	1.871	-	1.871	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-
23	Soledade	2	-	1	-	1	570	-	460	-	110	-	50,0	-	50,0	-	83,7	-	19,3
24	Victoria	1	-	-	-	1	354	-	-	-	354	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
25	Zona Central	5	-	-	-	5	1.712	-	-	-	1.712	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
30	Paripe	1	-	-	-	1	120	-	-	-	120	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
TOTAL DE SALVADOR		65	2	18	-	45	60.287	3.455	39.590	-	17.242	3,1	27,7	-	69,2	5,7	65,7	-	28,6

IMPOR - 1978

Como, em educação, a localização de unidades escolares deve estar relacionada com as áreas residenciais, de forma a reduzir, o mais possível, os deslocamentos dos alunos, conclui-se que a rede de ensino implantada em Salvador apresenta deficiências locacionais consideráveis, seja porque permanece, basicamente a mesma construída a algumas décadas passadas, não acompanhando, por conseguinte, mais diretamente, os novos vetores de expansão da Cidade, ou por problemas outros pouco identificáveis de imediato, mas passíveis de serem assinalados, tais como decorrentes de políticas de recuperação e ampliação das unidades existentes ou mesmo de reconstrução destas, ou de deficiências na infra-estrutura urbana (sistema viário, distribuição de água, etc) em condição de atender às exigências mínimas necessárias para a implantação de unidades escolares do porte em questão.

Como exemplo de áreas extremamente concentradoras de estabelecimentos de 2º grau, citam-se a Zona Central (inclui Nazaré que possui 14 unidades) com 28 escolas, a península Itapagipana com 11, o Barbalho-Salvador com 4 estabelecimentos, todos eles localizados mais ou menos próximos entre si. ( )

Por outro lado, deve-se destacar que embora a rede pública de 2º grau corresponda a aproximadamente 28% do total de estabelecimentos implantados em Salvador é a que melhor atende à população demandante, absorvendo aproximadamente 66% da matrícula total de 2º grau. (Vide tabela nº a seguir).

---

( ) Os dados indicados incluem os estabelecimentos das redes pública e particular, considerados para o ano de 1977.

Estes dados levam a duas conclusões: no caso dos colégios públicos, onde o ensino é gratuito, há mais fácil acesso das camadas de população de menor poder aquisitivo, que, no caso de Salvador, constitui a maior parcela da população, e/ou nos colégios da rede particular a oferta de vagas é muito limitada, dado serem, na maioria, estabelecimentos de pequeno porte.

Atualmente, Salvador dispõe de 65 estabelecimentos de ensino de 2º grau, onde funcionam concomitantemente os cursos de 1º e 2º graus, e às vezes com o pré-primário e até o 3º grau (exceção-se a Escola Técnica Federal da Bahia, onde funciona apenas o 2º grau).

Por outro lado, à exceção das escolas públicas que de maneira geral absorvem a maior parcela da demanda de 2º grau, existem colégios da rede particular cuja matrícula para o 2º grau é bastante inexpressiva, haja vista que em pelo menos 9 deles a matrícula para o curso em questão é inferior a 100 alunos e em aproximadamente 37% do total dos estabelecimentos a matrícula do 2º grau não atinge a 200 alunos (Tabela nº ).

Isto nos leva a concluir que o 2º grau para os colégios acima referidos constitui apenas a etapa subsequente no 1º grau, e nesta condição, torna-se impossível transformá-lo em ensino profissionalizante, já que este requer a implantação de uma série de equipamentos necessários ao desenvolvimento das técnicas profissionais, cujos custos elevados para tal implantação dificilmente seriam compensados nas circunstâncias em que os mesmos se apresentam.

Dai ser possível esclarecer o retardamento para a implantação da Reforma de Ensino, particularmente a de 2º grau, no nosso Estado, resultando os níveis de ensino já mencionados quais sejam: um voltado à preparação do

ENSINO DE 2º GRAU EM SALVADOR  
 DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DA MATRÍCULA DE  
 ALUNOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1977

Unidades Escolares por Dependência Ad- ministrativa	Quantidade de Estabelecimen- tos	Quantidade de Estabelecimentos só com 2º Grau	Matrícula de Alunos		
			Diurno	Noturno	Total
Federal	2	1	2.175	1.280	3.455
Estadual	18	-	18.425	21.165	39.590
Municipal	-	-	-	-	-
Particular	45	-	14.741	2.501	17.242
<b>T o t a l</b>	<b>65</b>	<b>1</b>	<b>35.341</b>	<b>24.946</b>	<b>60.287</b>

Fonte: Levantamento de Campo - CLAN - 1978

aluno para os vestibulares das escolas superiores e outro à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

Pôde-se ainda, a partir dos dados levantados constatar que a matrícula de alunos diurna é superior à noturna (a matrícula diurna corresponde a aproximadamente 59% do total de alunos do 2º grau) embora, em relação à rede estadual ocorra exatamente o contrário, ou seja, a matrícula noturna está entre 53% do seu total (vide tabela nº ).

Não restam dúvidas que esta situação decorre da pouca oferta de ensino noturno pela rede particular, uma vez que somente mantêm 7 estabelecimentos dos 45 que compõem a mesma.

Entretanto, nestas circunstâncias torna-se difícil determinar onde ocorrem os maiores déficits, se no ensino regular, que corresponde àquele que engloba a faixa etária prevista, dos 15 aos 18 anos, ou o de adultos que, para o 2º grau inicia a partir dos 18 anos.

#### 4.2.3 A Evolução do Ensino de 2º Grau

O crescimento do ensino de 2º grau deveu-se, principalmente, às modificações oriundas das reformas ocorridas no mesmo, como também as do 3º grau, que no caso, aumentou as possibilidades de concorrência para a população de menor poder aquisitivo, que em maior número, e condicionada pelas novas exigências do mercado de trabalho, tenta galgar uma melhor qualificação profissional.

ANEXO DO 2º GRUPO NO MUNICÍPIO DE SALVADOR

EVOLUÇÃO: QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS E MATRÍCULA POR EXPERIÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1968/1977

Período de Análise	Unidades Escolares					Matrícula de Alunos					Crescimento Total da Matrícula (Nos Índices Absolutos*)	% do Crescimento Anual da Matrícula de Alunos		
	Público	Particular	Total	%	%	Público	Particular	Total	%	%		Público	Particular	Total
	(A)	(B)	(C)	(A/C)	(B/C)	(A)	(B)	(C)	(A/C)	(B/C)				
1968	8	31	39	20,5	79,5	15.776	4.922	20.698	76,2	23,8	100	-	-	-
1969	26	50	76	34,2	65,8	18.246	5.441	23.687	77,0	23,0	114	15,6	10,5	14,0
1970	35	51	81	40,7	59,3	21.248	7.070	28.318	75,0	25,0	137	16,4	29,9	20,0
1971	20	47	67	29,8	70,2	23.083	7.483	30.566	75,5	24,5	148	8,6	5,8	7,9
1972	37	77	114	32,4	67,6	26.293	8.158	34.451	76,3	23,7	166	13,9	9,0	12,7
1973	-	-	-	-	-	27.394	8.445	35.839	76,4	23,6	173	4,2	3,5	4,0
1974	19	36	55	34,5	65,5	30.750	9.744	40.494	75,9	24,1	196	12,2	15,4	13,0
1975	-	-	-	-	-	34.709	12.170	46.879	74,0	26,0	226	12,9	24,9	15,8
1976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1977	20	45	65	30,8	69,2	43.045	17.242	60.287	71,4	28,6	291	24,0	41,7	28,6

Fonte: Anuários Estatísticos da Bahia - 1972/1975

1977 - 1977 (Levantamento de Campo)

Para calcular os índices de crescimento considerou-se 1968 como o ano base e, admitiu-se para este o índice = 100

No caso específico de Salvador, pode-se verificar um crescimento muito significativo. Conforme os dados contidos nos Anuários Estatísticos da Bahia de 1968 a 75, tanto a rede pública como a particular tem ocorrido várias alterações. Assim, por exemplo, em 1968 existiam apenas 8 estabelecimentos públicos com ensino de 2º grau para no ano seguinte passar a 26 estabelecimentos, o que significa um crescimento de 225% em relação ao ano anterior. Daí em diante, os totais de estabelecimentos do setor público registrados tiveram alterações mais ou menos variadas, ficando em 1977 com apenas 20 estabelecimentos, que, na sua maioria constituem complexos escolares onde funciona concomitantemente o 1º e 2º graus.

Estas alterações também são constatadas em relação à rede particular de 2º grau, que sempre mais numerosa em todo o período analisado apresentou um crescimento expressivo entre os anos 71 e 72, o qual correspondeu, para o último ano, a 30 unidades a mais em relação ao ano de 71. Também entre 72 e 74 ocorreu novas alterações, desta feita reduzindo de 77 unidades para 36 em 1974. (Vide tabela nº ).

Quanto à matrícula de alunos, constatou-se um crescimento em todo o período analisado, de aproximadamente 191% em relação a 1968.

Embora a rede pública absorvesse acima de 70% da matrícula de alunos em todos os anos da análise, não ocorreu grandes diferenças entre as taxas de crescimento da rede pública e particular, havendo mesmo, entre alguns períodos mais expressividade no setor particular, como, por exemplo, entre 74 e 75 onde a matrícula do setor público cresceu em 6% aproximadamente e do particular em 62%. Entre 1975 e 77 foi registrado um crescimento de 86% para a rede pública e 67% para a rede particular. Desta feita houve maior incremento no



setor público, muito embora o do particular tivesse um crescimento também expressivo.

Pode-se concluir que o ensino de 2º grau em Salvador encontra-se num ritmo de crescimento bastante elevado, embora em termos absolutos, ainda está longe de atender à demanda existente, pois que, somente em relação à faixa estaria prevista para o 2º grau, sem considerar a população adulta que vem retornando às escolas, existiu em 1977, um deficit de vagas de acima de 70%. Isto vai refletir na composição sócio-cultural e, inclusive, econômica da população, explicando sem dúvida, muitos fatores do crescimento urbano, os quais são avaliados através os problemas específicos na estrutura urbana, da circulação e, principalmente, do quadro de empregos.

#### 4.2.4 Conclusão para o 2º Grau

Diante dos resultados das análises acima desenvolvidas, não se pode concluir que Salvador dispõe de uma rede escolar capaz de atender satisfatoriamente à demanda existente.

Além do mais, sendo uma cidade com predominância de população de baixa renda, requer, para uma melhoria do serviço, a participação decisiva do poder público, principalmente pela predominância de população de baixa renda aliada à função polarizadora que a mesma exerce em relação ao Estado no setor de educação, e como tal, funcionando também como receptora de uma demanda externa, e neste caso, a partir do 2º grau e mais especificamente para o 3º grau.

Em termos locacionais, recomenda-se a elaboração de pesquisas que sejam capazes de identificar as áreas onde ocorrem as demandas mais significativas, que justifiquem a implantação de empreendimentos de tal porte.

Neste caso, deve-se analisar problemas de acessibilidade, infra-estrutura física e condicionantes outros de densidades.

#### 4.3 EQUIPAMENTO URBANO DE ENSINO DO 3º GRAU.

O terceiro grau de educação corresponde à hierarquia que transcende o contexto urbano, o metropolitano e não raras vezes o regional, de forma que extrapola completamente o poder de decisão da esfera municipal, sem que, no entanto, possa ser esquecido do ponto de vista do planejamento urbanístico vez que reside, salvo no caso das universidades rurais, em importantes centros urbanos que lhes dão necessário apoio habitacional e logístico.

Não é por acaso que se vem de realizar recentemente o Plano Diretor de Apoio Urbano e Habitacional ao Complexo UFBA-EMBRAPA em Cruz das Almas, vez que mesmo a universidade rural aí situada não pode prescindir do referido apoio urbano para o adequado desempenho de suas funções, como também a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola, em suas instalações na mesma cidade de Cruz das Almas.

Em Salvador, duas universidades assumem o esforço pelo atendimento das demandas urbana, metropolitana e regional, havendo que considerar-se uma flagrante deficiência da oferta quantitativa e qualitativa, tanto quanto às demandas estudantis como quanto às demandas de profissionais exigidos pelos setores produtivos.

A deficiência da oferta quantitativa manifesta-se de forma bastante óbvia, pela crescente disparidade entre o número de vestibulandos e o número de vagas de um modo geral.

A deficiência da oferta qualitativa manifesta-se pela superlotação daquelas unidades mais harmonizadas com as

demandas ditadas pelo mercado de trabalho, de forma a induzir o ingresso de grandes contingentes de estudantes nas carreiras menos favorecidas pelo mesmo mercado de trabalho, o que resulta na onerosa formação de doutos desempregados com toda a sorte de desajustamentos e frustrações, como que marginalizando, e a altos custos, considerável parcela da já escaça "película" social que alcança o 3º grau (na verdade não se pode falar em classe ou camada social).

Do ponto de vista da estrutura locacional dos equipamentos urbanos de ensino universitário, faz-se indispensável perceber a grande deseconomia resultante da precária acessibilidade de massa ao referido equipamento conforme abordamos a seguir.

No que tange a Universidade Católica, sob regime de ensino pago mas sem fins lucrativos (estatutariamente auto-suficiente tanto quanto a manutenção do ensino como quanto a expansão das atividades) contrasta a escassez de recursos com a demanda atual de terrenos para sua expansão.

Nessas condições, a U.C. vem de cogitar da onerosa aquisição de áreas extremamente longínquas do apoio logístico urbano, de forma que a efetuar-se esta compulsória política ficarão seus usuários onerados pelo custo de automóveis (a experiência mostra que não existe economia de escala suficiente para manter uma eficiente frota de transporte coletivo para o universo isolado de um campus universitário) o que acentuará o caráter financeiro-seletivo do desempenho deste equipamento urbano de ensino.

No que diz respeito a Universidade Federal da Bahia, pese a relativa disponibilidade de espaço no seu Campus, capaz de abrigar substanciais expansões, se adotados superiores

taxas de ocupação, como coeficientes de aproveitamento, transparece, a angustiosa carência de acessibilidade, se considerados tanto o espaço viário disponível na cumeada da Federação, como o precaríssimo serviço de transportes coletivos "et pour cause".

Nessas condições, incrementa-se ainda aqui o caráter financeiro-seletivo, beneficiando os estudantes motorizados, os quais, no entanto, mais recentemente começam a encontrar incontornáveis dificuldades de estacionamento face a estrutura geomorfológica do mesmo Campus.

Fica perfeitamente patente que no caso da Universidade Católica, procede a cuidadosa doação pelo Estado, Município ou ambos, do precioso espaço melhor localizado quanto a acessibilidade de massa, indispensável a ampliação da faixa de oferta potencial deste importante equipamento urbano privado. O benefício resultante de tal política, em termos econômicos, resultará fartamente recompensador se considerados a diminuição do custo de transporte dos usuários, liberação de recursos fundiários para investimento específico na infraestrutura e no ensino, com consequente aumento da oferta face a crescente demanda de porte metropolitano e regional.

Fica perfeitamente patente, outrossim que, no caso da Universidade Federal da Bahia, carece seu Campus de apoio viário e de transporte em uma escala superior a atual, mediante intervenções da ordem do equipamento estático de transporte, terminais de ônibus e estacionamentos periféricos associados a equipamento de ascensão mecanizada de pedestres no ensino da metodologia adotada para o Plano Piloto de Intervenção Urbanística Sistêmica Continuada na Sub-Unidade Central de Salvador. Compreenda-se que o custo de tais intervenções está longe de ser irrelevante, mas os benefícios são de molde a compensarem plenamente o investimento, se considerado o desembaraço do incremento da

resultante da readequação da acessibilidade para o Campus em causa, num contexto de uma crescente demanda do porte metropolitano e regional.

Trata-se, em síntese, para ambas as universidades, de readequar o relacionamento urbo-universitário, mediante a cuidadosa intervenção na acessibilidade de ambas, no contexto do transporte de massa.

Finalmente, há que considerar ainda a interiorização do ensino do 3º grau como uma tendência irreversível do desenvolvimento do interior do Estado, mas esta tendência não pode ser confundida com o esvaziamento do ensino do 3º grau no âmbito metropolitano, mas pelo contrário como veremos: são as universidades metropolitanas que fornecem os quadros docentes daquelas anteriores, além de assumirem as responsabilidades de pós-graduação, somente possíveis ao nível de especialização da hierarquia metropolitana.

É fácil compreender-se, examinando-se precedentes brasileiros, como o paulista por exemplo, que o incremento da oferta de ensino do 3º grau no interior não produziu uma diminuição perceptível quanto aos crescimentos quantitativo e principalmente qualitativo da oferta metropolitana.

Cabe, portanto, ao Município, no caso Salvador, em coordenação com o Estado e o poder Federal, a urgente readequação espacial, no sentido de predispor e propiciar ao máximo o correto desempenho locacional da estrutura física do equipamento de educação do terceiro grau, face a recente e acelerada mutação do status urbano de Salvador, de Urbis para Metrôpole, sem o que continuaremos assistir a desconcertante defasagem entre os portes da demanda e da oferta neste setor, com desastrosas deseconomias de reflexo negativo nas atividades fins urbanas, metropolitanas e regionais.

#### 4.3.1 Considerações Gerais do 3º Grau

Demonstrar as tendências e perspectivas do ensino superior em Salvador constitui-se no objetivo deste capítulo.

Entende-se, que, um trabalho em tal diretriz deve compreender dois níveis de abordagem. Num primeiro plano a análise do sistema de ensino como produto da política educacional posta em prática, como resposta a condicionamentos que não são com exclusividades apenas educacionais. E em segundo lugar, a visão do aparato escolar como parte da cidade, um equipamento cultural, condicionado por e condicionador da cidade.

Compreende-se, também, que os espaços educativos só existem e têm sentido em função das práticas sociais, para que são utilizados, isto é, resultam das relações sociais mais amplas que lhe dão sentido e utilização. E aí se incluem os requisitos de formação da força de trabalho e de disseminação de valores que impõe a estrutura social.

Limitando-se a demonstrar as tendências mais gerais apresentadas por este nível de ensino nos últimos anos, buscou-se quantificar algumas variáveis que caracterizam o período e possibilitam demonstrar, ainda que em plano geral, a necessidade ou de espaços para expansão ou reorganização do ensino superior na malha urbana de Salvador.

As variações apresentadas expressam, em termos quantitativos, a demanda por vagas de ingresso e a evolução da oferta de ensino, esta analisada entre as diversas dependências

administrativas que atuam no setor. Os dados disponíveis para a década de 70 foram os utilizados.

Foram três as variáveis levantadas:

- Matrículas nas Instituições de Ensino
- Vagas Oferecidas
- Inscrições em Exames Vestibulares

De resto, ressalta-se que apesar da consciência de algumas críticas a esta orientação de abordagem (1), esta, todavia, se constitui numa primeira aproximação. Fica assim, portanto, reconhecida a premência de estudos mais aprofundados e de abrangência mais ampla que permitam o estabelecimento de relações do problema do espaço para o ensino de nível superior com o conjunto do sistema educacional, com a evolução da cidade, com a demanda de força de trabalho, com formação superior e com aqueles que fazem as escolas: os que nelas trabalham e os que perseguem o ingresso na mesma.

#### 4.3.2 A Expansão Recente do 3º Grau

Uma revisão das informações disponíveis sobre a evolução recente do ensino superior na cidade permite que se possa afirmar que Salvador não se afasta do quadro geral deste nível de ensino no país. Entre 1970 e 1977, as matrículas nos estabelecimentos de ensino aqui sediados cresceram numa ordem de 140% nestes sete anos. Segundo as categorias de instituições existentes o quadro no período foi o seguinte:

---

(1) Veja-se: Castelan, Hector Vega, Planeación de la Red Escolar en el Area Metropolitana de la Ciudad de Mexico, Tese para Defesa do Título de Mestre em Arquitetura, UNAM, México, 1977.

## Tabela

Salvador - Matrículas em Estabelecimentos  
de Ensino Superior - 1970 e 1977

Instituições	1 9 7 0			1 9 7 7		
	Números Absolutos	%	Números Índices	Números Absolutos	%	Números Índices
UFBa	9.359	74	100	15.777	52	169
UCSal	2.298	18	100	10.898	36	474
Estabelecimentos Isolados	981	8	100	3.662	12	373
TOTAL	12.638	100	100	30.337	100	240

Contando com duas Universidades (uma federal e uma particular) encontram-se, também, em funcionamento 6 (seis) estabelecimentos de ensino superior de caráter isolado, que oferecem apenas um curso, sendo seis da denominada área de ciências humanas, e um de agrimensura, na Escola de Eletromecânica da Bahia.

O dinamismo da expansão constatada no período 1970/77 pode ser caracterizada como tendo uma direção no sentido do ensino dependente da iniciativa privada, desde que os índices de crescimento são mais acentuados para a UCSal e estabelecimentos isolados, com predominância da primeira. Quanto à Universidade Federal que em 1970 detinha 74% dos estudantes de nível superior em Salvador, mantém sete anos após, isto é, em 1977, um pouco mais da metade (53%) dos 29.988 universitários que estudam na Capital do Estado.



Os estabelecimentos isolados que demonstram desenvolvimento também acelerado, como o da Universidade Católica, são liderados pela Escola de Administração de Empresas da Bahia, instalada em 1972, cuja matrícula cresceu de 90 alunos no ano em que iniciou suas atividades para 780 matriculados em 1977.

As tabelas apresentadas, a seguir, demonstram o desempenho em termos de matrículas, por estabelecimentos, em números efetivos ou absolutos e em números índices:

Tabela 2

## SALVADOR - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Matrículas - Em Números Absolutos

1970/1977

Instituições	1970.	1971.	1972	1973	1974	1977
UFBA	9.359	11.368	12.137	12.684	13.550	15.777
UCSal	2.298	4.303	3.464	6.044	7.310	10.898
Escola de Eletromecânica da Bahia	102	125	132	145	160	180
Fundação Visconde Cairu	138	209	264	320	482	510
Escola de Estatística da Bahia	155	174	171	170	200	182
Faculdade de Ciências Econômicas	368	672	654	803	850	1.061
Escola de Administração de Empresas da Bahia	-	-	90	255	420	780
Faculdade de Educação da Bahia	218	336	400	545	600	600
TOTAL	12.638	17.187	17.312	20.966	23.572	29.988

FONTE: Assessoria de Planejamento UFBA e coleta direta equipe CLAN.

Tabela 3  
 SALVADOR - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.  
 Matrículas - Em Números Índices  
 1974 a 1977

Instituições	1970	1971	1972	1973	1974	1977
UFBa	100	122	130	136	145	169
UCSal	100	187	151	263	318	474
Escola de Eletromecânica da Bahia	100	123	129	142	157	176
Fundação Visconde Cairu	100	151	191	232	349	370
Escola de Estatística da Bahia	100	112	110	110	129	117
Faculdade de Ciências Econômicas	100	183	178	218	231	288
Escola de Administração de Empresas da Bahia	-	-	100	283	467	867
Faculdade de Educação da Bahia	100	154	184	250	275	275
TOTAL	100	136	137	166	187	237

FONTES: Assessoria de Planejamento UFBA e coleta direta equipe CLAN.

Esse processo de crescimento, no que se refere à oferta de vagas, tem uma configuração específica. Considerados todos os estabelecimentos em conjunto, as vagas de ingresso à disposição dos que pretendem iniciar estudos universitários tiveram um acréscimo de apenas 42% no período. A discrepância do aumento de novas matrículas em relação aos índices de crescimento das matrículas gerais se explica quando se observa o quadro de vagas oferecidas pelas instituições analisadas. A Universidade Federal (UFBA) manteve quase fixo seu número durante estes sete anos, a Universidade Católica (UCSal) duplicou sua oferta, enquanto os estabelecimentos isolados dispunham em 1977 de mais 176% das vagas que mantinham no ano de 1970. Em relação a estes últimos, foi espantoso o ritmo do crescimento ocorrido nas Escolas de Ciências Econômicas (curso de Economia), na Fundação Visconde de Cairu (curso de Ciências Contábeis) e com a criação da Escola de Administração de Empresas (curso de Administração de Empresas) o aumento de suas vagas.

As tabelas seguintes demonstram, por instituições, como se comportou o fenômeno de vagas no período:

Tabela 4

SALVADOR - VAGAS DE INGRESSO OFERECIDAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR  
1970 a 1977 - Números Absolutos

Instituições	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1977	Crescimento % no período 1970/77
UFBA	2.980	3.055	3.055	2.995	2.995	2.995	2.995	0,5
UCSal	1.234	1.376	2.170	2.340	2.450	2.455	2.500(*)	103,0
Escola de Eletromecânica da Bahia	49	40	40	40	40	40	40	-23,0
Fundação Visconde Cairu	50	100	100	100	100	250	150	200,0
Escola de Estatística da Bahia	56	64	57	50	50	60	50	-12,0
Escola de Ciências Econômicas	100	100	150	150	150	200	400	300,0
Escola de Administração de Empresas da Bahia	-	-	90	180	180	180	190	111,0
Faculdade de Educação da Bahia	100	100	100	150	165	150	150	50,0
TOTAL	4.569	4.835	5.762	6.005	6.130	6.330	6.475	42,0

(\*) Estimativa

Fontes: Assessoria de Planejamento UFBA e coleta direta Equipe CLAN

Tabêla 5

SALVADOR - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Vagas de Ingresso - Em Números Índices

1970 a 1977

Instituições	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1977
UFBa	100	102	102	100	100	100	100
UCSal	100	111	176	190	198	199	203
Estabelecimentos Isolados	100	114	151	189	193	248	276
TOTAL	100	106	126	131	134	138	142

FONTES: Assessoria de Planejamento UFBA e coleta direta equipe CLAN.

Tabela 6

SALVADOR - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR  
 Distribuição Percentual das Vagas de Ingressos  
 Entre as Instituições  
 1970 a 1977

Instituições	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1977
UFBa	62	63	53	50	49	47	46
UCSal	27	29	38	39	40	39	39
Estabelecimentos Isolaços	11	8	9	11	11	14	15
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

FONTES: Assessoria de Planejamento UFBA e coleta direta equipe CLAN.

#### 4.3.3 A Demanda por Ensino Superior

Para que se desenvolva uma análise da demanda de ingresso no ensino superior, é necessário que se fixe uma constatação. De modo geral, o candidato ao exame vestibular não se inscreve em apenas uma das instituições existentes. No esforço por iniciar seus estudos, ele percorre pelo menos dois estabelecimentos e em diversos casos ele se duplica na estatística de uma mesma instituição quando o vestibular é realizado duas vezes por ano, como é o caso da Universidade Católica de Salvador, nos últimos anos. Dessa forma, para que se tenha um número aproximado daqueles que se constituem em demanda a esse nível de ensino, se estabelece que é este número igual aos candidatos ao vestibular da UFBA acrescido 25%. Estes últimos seriam aqueles que disputam as vagas nos estabelecimentos onde são mantidos cursos noturnos. Para os que podem frequentar cursos diurnos, a UFBA será sempre tentada, uma vez que se trata de instituição pública com ensino gratuito.

Nesta perspectiva, calcula-se que em 1977 cerca de 24.000 jovens disputaram 6.475 novas vagas oferecidas pelo sistema de ensino superior instalado em Salvador. Estes números indicavam uma relação vaga / candidato da ordem de uma para quatro (1:3,7 precisamente).

Esse processo, visto para cada instituição de per si e em momentos diferenciados, apresenta características diferenciais, como se vê:



- UFBA - 1970 = 1:4 e 1977 = 1:7
- UCSal - 1970 = 1:3 e 1977 = 1:5
- Fundação Visconde Cairu - 1970 = 1:2 e 1974 = 1:4
- Escola de Estatística da Bahia - 1970 = 1:2 e 1977 = 2:1
- Escola de Ciências Econômicas - 1972 = 1:4 e 1977 = 1:3
- Escola de Administração de Empresas - 1972 = 1:2 e 1977 = 1:4
- Faculdade de Educação da Bahia - 1970 = 1:2 e 1977 = 1:2

Como se demonstrou, as situações variam no que concerne às Universidades e alguns estabelecimentos isolados, por força sobretudo da expansão de vagas para estes, da expansão de vagas e crescimento de procura para a UCSal e de retenção e aceleração de procura para a UFBA.

É interessante assinalar-se que, em termos percentuais, foi a UFBA o estabelecimento que demonstrou menor expansão de demanda, como se vê na tabela nº

Tabela 8

## SALVADOR - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Inscrição em Vestibular

1970/1977

Instituições	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1977
UFBa	12.375	7.905	9.390	11.745	15.055	18.129	19.347
UCSal	4.241	7.310	5.727	6.950	...	8.534	12.876
Escola de Eletromecânica- Agrimensura	93	87	58	61	86	...	...
Fundação Visconde Cairu	90	147	173	197	421	982	1.275
Escola de Estatística da Bahia	142	169	135	136	171	117	85
Escola de Ciências Econômicas	...	...	318	270		578	1.200
Escola de Administração de Empresas da Bahia	-	-	166	250	360	970	816
Faculdade de Educação da Bahia	162	453	161	272	444	...	300
TOTAL							

Com estas indicações expostas, uma inferência tendencial se configura. As vagas oferecidas, a despeito da expansão ocorrida nos estabelecimentos de dependência particular, ainda deixam à margem  $3/4$  dos que procuram estudos no sistema de ensino superior. Isto significando que apenas vinte e cinco por cento dos inscritos nos vestibulares têm acesso ao ensino desse nível.

#### 4.3.4 Conclusões para o 3º Grau

O desenvolvimento nos últimos anos do ensino superior em Salvador induz alguns aspectos relativos às tendências observadas.

De fato, se verifica uma desaceleração na presença do Estado, quer seja no plano federal, estadual ou municipal no que concerne a investimentos em ensino superior ainda que soluções tipo CENTEC e CETEBA venham surgindo para no sentido, sobretudo, de reorientação do comportamento da demanda. A quase estagnação da presença do setor público na oferta de novas vagas de ingresso constitui-se numa constatação. Por outro lado, ao relacionar-se esta prática com presença hoje do Governo Estadual em alguns Municípios do Estado, através a instalação de estabelecimento de nível superior permite inferir-se uma diretriz. A interiorização do ensino de 3º grau, com soluções tipo as Faculdades de Formação de Professores (Alagoinhas, Vitória da Conquista, por exemplo), a Universidade de Feira de Santana e de Camaçari demonstram uma intenção.

Todavia, resta avaliar-se tal prática frente à locação hegemônica que detém a Cidade do Salvador, quer seja nos planos cultural ou científico ainda hoje sedimentados.

E neste ponto de vista é que se pode admitir que este esforço interiorizador poderá não influir na demanda insatisfeita que se constata no sistema analisado, apesar de se entender que a polarização de Salvador poderá ser reduzida através a ação que deliberadamente vem sendo praticada.

#### 4.4. DIRETRIZES GERAIS PARA O EQUIPAMENTO DE EDUCAÇÃO

Os equipamentos sociais, de educação em especial, se ressentem da inexistência de estudos setoriais que, do ponto de vista do planejamento, abordem o setor tomando a cidade de Salvador como universo de estudo.

As diretrizes gerais para o equipamento urbano de educação incluem, assim, necessariamente, a recomendação para elaboração de um plano setorial, a ser elaborado sob a ótica do município e contemplando entre outros os seguintes aspectos:

a) consideração de todos os níveis de ensino no âmbito da cidade e do município, primeiro, segundo e terceiro graus, de forma a relacioná-los intimamente com os aspectos geomorfológicos e de acessibilidade, no sentido de otimizar o desempenho de cada nível, quanto ao limiar e alcance de suas unidades em conformidade com a hierarquia de cada uma.

Trata-se de exaustivo planejamento de Macro, Meso e Micro escala urbanística que para tanto deverá pautar-se na metodologia desenvolvida para o Plano Piloto de Intervenção Urbanística Sistêmica Continuada na Sub-Unidade Central de Salvador, no espírito das Escalas, Níveis de Abordagem e sobretudo nos procedimentos relativos a Codificação Geral da Documentação Sistêmica Continuada;

b) articulação do esforço municipal com o dos demais níveis de governo (Estado e União), de forma que o Município assuma as principais decisões relativas a estrutura locacional, cabendo ao Estado e a União aquelas relativas às políticas educacionais, assumindo também o Município sua importante parcela de responsabilidade política a ser concentrada no 1º grau.

c) coordenação intra-prefeitura, entre as ações da Secretaria de Educação com as demais áreas de atuação da Prefeitura, visando a integração de programas e projetos, carente atualmente prioritariamente de um planejamento globalizante somente possível mediante a metodologia reiteradamente recomendada neste trabalho com base em rigoroso levantamento da relação espaço-demanda mediante avaliação detalhada das estruturas geomorfológicas e demográficas do universo municipal.

Trata-se da urgente identificação dos espaços quase planos, contínuo em toda a extensão densamente ocupada do município, com vistas a otimização das decisões locacionais para o 1.º grau, e da correta avaliação da relação ensino-transporte para o 2.º e 3.º graus.

d) estabelecimento de prioridades territoriais para implantação de novos estabelecimentos educacionais dos diversos níveis de ensino, pelas três esferas de governo, com base no conjunto das decisões locacionais precedentemente abordadas, de forma a maximizar os benefícios, face a pouca disponibilidade de recursos e o crescente incremento da demanda.

e) definição da participação do poder público municipal em relação ao setor privado, na sua área de atuação e competência, no sentido de emprestar-lhe eficiência, no que tange ao atendimento da parcela com poder de pagamento no contexto da demanda global, objetivando minorar a sobrecarga sobre o sistema estatal.

f) pesquisa de distribuição especial da clientela (alunado) dos atuais estabelecimentos, visando a identificação, delimitação e correção dos seus raios de influência, obtendo-se, assim, a correta avaliação do comportamento espontâneo da tipologia disponível de unidades no sentido

de instruir e informar o planejamento locacional dos programas de novas implantações, para os contextos micro, meso e macro urbanísticos de intervenção para cada nível de ensino.

- g) adequação do aparelhamento administrativo da Prefeitura à execução dos encargos e objetivos que venham a ser fixados, não só no que tange às atividades de ensino propriamente ditas, como quanto àquelas de planejamento do mesmo, com seus respectivos custos específicos de levantamentos, avaliação, estudos alternativos, adoção de alternativas, projetos específicos e implantação do planejamento sistêmico continuado.
- h) estabelecimento de instrumentos de formação e capacitação de pessoal docente, principalmente em relação ao treinamento para o trabalho, no sentido de eliminar-se a desastrosa contradição entre a qualidade das formações procedidas e a qualidade das formações demandadas pelo mercado de trabalho, quando o desemprego coexiste com carência de mão de obra capaz.
- i) consolidação do 1º grau, visando superar o fracionamento em níveis (I, II e III), inicialmente adotado em caráter provisório, procedimento mantido a despeito de resultados discutíveis por força da inexplicável interrupção da ação planejadora.
- j) estabelecimento de diretrizes para o ensino de excepcionais, o maternal e a guarda de crianças (creches), este último atualmente encarado como assistência social, mas com significativos reflexos nas atividades econômicas, vez que compromete importante parcela da população adulta feminina, impossibilitada assim de ingressar no contingente da população ativa e produtiva.

k) Diretrizes relativas aos níveis de ensino:

- O Município deve procurar suprir ou promover o atendimento, pelo setor público, na sua área territorial, de toda a necessidade relativa ao 1º grau;

- A Prefeitura deve assumir um papel indutor em relação ao 2º grau, tendo em vista: o caráter seletivo de que naturalmente se reveste esse nível de ensino em relação ao 1º grau; o tipo de habilitação oferecida, em relação à estrutura de emprego; a tendência do setor público em desconcentrar espacialmente esse nível de ensino, sem suporte ou articulação com o sistema de transporte urbano, de passageiros;

- O 3º grau deve ser considerado face a validade da política de interiorização do ensino superior por parte do Estado, tendo por base a formação de professores e a criação de Universidades à medida em que o crescimento urbano interiorano o comporte.

Determinadas profissões tendem ainda a continuar tendo em Salvador o seu ponto de localização, a nível estadual;

Considerada a demanda pelo vestibular, a cidade comporta e requer uma terceira Universidade.

Mesmo admitida a tendência desejável de interiorização do ensino superior sempre caberá ao terceiro grau metropolitano em Salvador o importante crescimento qualitativo no que tange a sofisticação qualitativa, especializações, pós-graduações com crescentes demandas de espaço urbano, e sobretudo desempenho urbano, mobilidade, acessibilidade e outros.



l) Quanto à Participação da Prefeitura:

- restringir sua atuação, no âmbito formal, ao ensino de 1º grau, até que o atendimento das necessidades no município justifique maior faixa de ação.
- assumir o papel de coordenação, em relação aos demais níveis de ensino, no interesse da cidade, via prioridades de implantação, critérios de micro-localização, cessão de áreas, convênios para estudos integrados de programação e implantação, etc., sempre no espírito da metodologia preconizada de planejamento sistêmico continuado.
- diversificar sua atuação com vistas ao atendimento à população em atraso escolar, desertados do sistema formal e adultos, por meio de treinamento para o trabalho, via centros comunitários, centros sociais urbanos, associações de classe, sociedades de bairro, etc.

m) Quanto à Localização:

- atender à conveniência de dispersão dos estabelecimentos de 1º grau, os quais devem estar localizados junto à sua clientela, de forma a atomizar a oferta em harmonia com a demanda sabidamente atomizada seja pela tipologia geomorfológica do universo em causa, seja pelas barreiras físicas estruturais urbanas do tipo vias expressas, ferrovia e outras, sempre em função da pormenorizada avaliação da estrutura demográfica da demanda.

Cabe assinalar que a informação estatística censitária não é de molde a fornecer dados úteis, face as estruturas geomorfológicas e urbanas dos logradouros (cabe o levantamento específico).

- observar uma estratégia locacional para o 2º grau que tenha em vista: relação locacional com demanda mais amplas, do ponto de vista quantitativo; relação com o 1º

grau; relação com o sistema de transportes coletivo e de massa;

A par da política de interiorização universitária e analogamente procede no âmbito urbano de Salvador uma vigorosa política de dotar os bairros de equipamento próprio do 2º grau, vez que não se pode esquecer o recente adensamento demográfico destes mesmos bairros, face a rápida metropolização da urbe.

- orientar a localização de um novo equipamento de grande porte do 3º grau (Universidade) para a área de expansão imediata, compatibilizada com outros equipamentos complementares e com o sistema de equipamentos estáticos de transporte de massa, de conformidade com as diretrizes para a estrutura urbana, vez que a estrutura urbana no fim deste século será fatalmente diferente da atual, se consideradas as projeções menos ambiciosas, com sérias consequências locacionais, de acessibilidade e de porte para o desempenho do terceiro grau.

5. ESTRUTURA E HIERARQUIA TIPO DO EQUIPAMENTO DE SAÚDE,  
SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS  
DE EQUIPAMENTOS

O equipamento urbano de saúde apresenta uma estrutura hierárquica que reflete naturalmente a antiga política de saúde de longa existência, a qual, mesmo havendo sofrido recentes alterações relativas ao atual sistema previdenciário, não pôde ainda traduzir-se em modificações substanciais no que tange à estrutura de hierarquias do equipamento em pauta, em Salvador.

Assistimos atualmente no país um considerável esforço pela readequação dos serviços de saúde, de forma a incrementar-se prioritariamente as atividades preventivas em oposição ao modelo tradicional de concentração de recursos nas atividades curativas.

Equivale dizer que a antiga estrutura, prioritariamente desenvolvida segundo as tendências privadas de interesse pela medicina curativa, com maiores lucros naturalmente, não é de molde a alcançar um adequado desempenho econômico, quando chamada a responder pela política previdenciária já em escala social.

Esperar que as endemias se desenvolvam e as epidemias ocorram para então proceder a cura, não é procedimento viável, quando pretendido em escala social, mais abrangente, de forma que a estrutura de equipamentos de saúde urbanos e rurais, de hoje em dia, não se mostra adequada para as atividades preconizadas pela atual política previdenciária que obviamente tem de privilegiar a medicina preventiva como garantia mesmo de sua sobrevivência financeira.

A readequação da estrutura de equipamentos de saúde, no entanto, implica em substanciais investimentos materiais e humanos com lenta e difícil implantação, de forma que,

enquanto não for plenamente procedida, pagaremos os custos e receberemos em troca a baixa qualidade do desempenho desta anacrônica estrutura de equipamentos.

No Estado da Bahia, procede-se presentemente importante esforço no sentido da hierarquização dos serviços de saúde, segundo o objetivo social de otimizar a relação benefício-custo do sistema, com importantes investimentos na rede estadual de equipamentos de saúde.

Estes investimentos envolvem mais de duzentas unidades elementares de saúde construídas praticamente em todas as regiões do estado, basicamente nas zonas rurais, e vinte hospitais distritais construídos em cidades de porte médio, os quais se destinam a atividades curativas (internamentos) e preventivas (ambulatoriais), como base da pirâmide sanitária que culmina com a atuação do grande Hospital Central ora em construção em Narandiba, a iniciar operação em 1979.

Se considerarmos o fato de que esse hospital é o único grande hospital de grande porte (360 leitos) construído na Bahia nos últimos 30 anos, se considerarmos ainda o fato de que nesse período a população de Salvador saltou de 390.000 para 1.200.000 habitantes, se considerarmos os 1.400.000 habitantes da Grande Salvador (Região Metropolitana) e o incremento demográfico estadual, fica perfeitamente claro a crescente responsabilidade da medicina preventiva como fator fundamental de otimização do desempenho sanitário em escala social, maximizando a prevenção de enfermidades, incrementando o combate a endemias e prevenindo epidemias, de forma a diminuir as pressões sobre o equipamento especificamente curativo, de internamento e mesmo sobre as atividades curativas ambulatoriais.

Esta é a única maneira de alcançar-se melhores níveis sanitários, nas condições dos poucos recursos de um país apanhado pela crise mundial de energia em plena implantação do modelo automobilístico rodoviarizante.

Ora bem, no que tange ao equipamento urbano de saúde do universo municipal de Salvador, é forçoso observar que estes equipamentos, além das responsabilidades urbanas, assumem aquelas relativas ao recente status metropolitano, de forma que concentram-se na metrópole em causa as demandas acumuladas provenientes de sua área de influência, tanto da escala do conjunto de municípios da região metropolitana, como as do contexto estadual e mesmo as do âmbito regional poliestadual.

Verifica-se, nestas condições que torna-se absolutamente imprescindível a intensa, urgente e substancial intervenção readequadora da estrutura de equipamentos urbanos de saúde da hierarquia de unidades elementares, no espírito das mesmas políticas Nacional e Estadual, no sentido de viabilizar o atendimento da demanda nas condições limitadas de recursos materiais e humanos e dentro de um contexto de expansão metropolitana (sob a influência do CIA e Pólo Petroquímico).

O custo global de tal investimento, como há de se compreender é notoriamente superior a capacidade financeira de um município, mesmo sede metropolitana, mas a não serem encontrados os recursos estarão comprometidos os desempenhos operacionais daqueles equipamentos da hierarquia regional, o Hospital Central por exemplo, chamados que serão a desempenhar funções menos nobres das escalas urbanas e locais, de forma a prejudicar a qualidade dos serviços de saúde da escala regional, além de onerar o custo das políticas nacional e estadual de saúde.

Ora, nessas condições não será difícil para o poder municipal, encontrar recursos no próprio sistema previdenciário, sob a alegação de que tais investimentos beneficiarão tanto a quantidade como a qualidade, como e sobretudo o custo do atendimento, não só no âmbito urbano municipal, como no metropolitano e regional.

É fácil perceber que se o sistema previdenciário não assumir o papel de apoiador financeiro do esforço municipal de readequação da rede de equipamentos urbanos de saúde da hierarquia preventiva, terá o precioso equipamento de maior hierarquia sobrecarregado e terá de assumir compulsoriamente o oneroso custo do atendimento da demanda excedente na rede privada com óbvia deseconomia para todo o sistema, para não falar da redundante queda de qualidade referente ao subdimensionamento urbano da rede preventiva.

Dessa maneira, a parcela de recursos previdenciários, investida na readequação da rede preventiva de micro escala de urbanismo do contexto municipal de Salvador, produzirá em curto prazo um significativo retorno financeiro para os mesmos cofres previdenciários dada a grande densidade de arrecadação na mesma área, considerada a concentração de empregos no CIA e no Pólo, cujos contingentes e principalmente seus familiares residem fundamentalmente em Salvador,

Do contrário, esses mesmos usuários do sistema previdenciário estarão sujeitos a demandar uma escala muito maior de serviços de saúde, de forma a representarem um custo muito maior para as finanças previdenciárias o que induzirá fatalmente a necessária integração de esforços institucionais municipais, estaduais e federais para os investimentos em causa.

A tipologia básica do sistema regional está constituída dos seguintes equipamentos de saúde tipo:

- unidade simplificada
- posto de saúde
- centro de saúde
- centro de saúde com unidade de internamento
- hospital geral
- hospital especializado
- hospital de referência
- grupo de prática médica.

Transcrevemos, a seguir, a definição e normas de padrão dos referidos equipamentos tipo, com base em documento recente da ASPO, Secretaria de Saúde.

a) Unidade Simplificada de Saúde

É a unidade mais elementar da matriz regional, e, por assim ser, executará, sobretudo, atividades de caráter preventivo, além de desenvolver determinadas atividades curativas. A execução dessas atividades - preventivas e curativas - caberá a pessoal auxiliar, selecionado na própria comunidade e devidamente treinados. Esses elementos poderiam executar, sob supervisão de enfermagem, certas atividades básicas, tais como:

1. Triagem de pacientes com problemas de saúde mais complexos e que requerem atenção médica a nível de Postos ou Centros de Saúde;
2. identificação de gestantes e recém-nascidos na comunidade;
3. acompanhamento de gestantes e recém-nascidos sadios;
4. administração de injeções, sobretudo de vacinas;

5. notificação de doenças infecto-contagiosas;
6. notificação de nascimentos e de óbitos;
7. distribuição de alimentos;
8. atendimento de problemas de natureza médica, possíveis de serem solucionados na ausência de pessoal profissional;
9. educação para a saúde.

A unidade simplificada de saúde deverá estar localizada tanto nas áreas rarefeitas do ponto de vista populacional, quanto nas áreas de elevada densidade demográfica. No primeiro caso, a unidade simplificada de saúde seria o núcleo básico de prestação de serviços, na função do qual o indivíduo - sadio e/ou doente necessariamente seria examinado e observado e, a depender do seu problema de saúde, encaminhado a uma unidade mais complexa para tratamento. No segundo caso, a unidade simplificada teria uma ação eminentemente preventiva e de contínuo relacionamento, de um lado com a comunidade e de outro com os demais componentes da matriz regional, especialmente com Centros de Saúde.

A estrutura arquitetônica de unidade simplificada de saúde deve obedecer a um padrão de forma que possa ser caracterizada como tal em qualquer área da RMS. É possível desenhar uma estrutura pré-fabricada, de fácil montagem que não ocupe, em termos de área construída, mais de 60m<sup>2</sup>.

A responsabilidade de supervisão da unidade simplificada de saúde caberá ao Centro de Saúde, o qual deverá estabelecer os mecanismos básicos de retroalimentação e de treinamento do seu pessoal, permitindo com isto uma contínua valorização do auxiliar de saúde, além de abrir-lhe oportunidades para ingressar em novas carreiras no setor.



b) Posto de Saúde

Esta unidade ocupa uma posição intermediária entre a unidade simplificada e o centro de saúde. Todavia, a depender de certas características da área, dispensar-se-á a estrutura da unidade simplificada. Nestas circunstâncias, o Posto de Saúde passa a se constituir a unidade básica de prestação de serviços, quer de natureza preventiva quer curativa. As seguintes atividades poderão ser desenvolvidas no Posto de Saúde:

- consulta médica
- assistência pré-natal
- puericultura
- vacinação
- notificação de casos de doenças infecto-contagiosas
- notificação de nascimentos e óbitos
- distribuição de alimentos
- distribuição de medicamentos
- melhoria sanitária
- injeções intra musculares e endovenosas
- primeiros socorros
- educação para a saúde

Como se observa, o Posto de Saúde pode oferecer uma ampla gama de serviços, os quais requerem a presença de uma equipe de saúde composta de um médico, uma enfermeira, auxiliares de enfermagem e auxiliar de saneamento. A característica do Posto é propiciar consultas médicas bem como tratar certas doenças que não exigem seguimento prolongado; exemplo diarréias agudas, desidratação de 1º grau, resfriado comum, etc. Além disso, o Posto deverá triar pacientes para o Centro de Saúde, não só para realização de certos exames laboratoriais como, também, para avaliar mais profundamente um problema de natureza médica que o Posto não terá condições de fazê-lo. Em adição,

no Posto dar-se-ia ênfase às atividades preventivas, sobretudo aquelas relacionadas à educação da comunidade, ensejando com isto o desenvolvimento de atitudes positivas para a saúde.

À semelhança da unidade simplificada de saúde, o Posto deverá ter uma estrutura arquitetônica padrão, não ultrapassando, em termos de área construída, a 100m<sup>2</sup>.

Embora funcionalmente o Posto de Saúde tenha a supervisão da coordenação do Centro de Saúde, torna-se essencial que esta unidade disponha de uma Chefia para a coordenação das atividades aí desenvolvidas.

#### c) Centro de Saúde

É uma unidade mais complexa e com capacidade de proporcionar serviços à população residente em uma determinada área geográfica. Esses serviços poderão ser propiciados tanto na unidade quanto no domicílio do indivíduo doente. A depender da área geográfica a ser servida, o Centro deverá contar com um número adequado de médicos nas várias especialidades, cada um com seu próprio consultório. O Centro deverá manter uma relação direta com o hospital geral, a fim de que determinados problemas médicos possam ser referidos e internados para tratamento. Neste tipo de orientação, o Centro também assumirá total responsabilidade em propiciar serviços pré-natal, puerpério, puericultura, etc. É concebível admitir pois que o Centro de Saúde poderá desenvolver as seguintes atividades básicas:

- Consulta Médica
- Saúde Materna
- Saúde Infantil
- Saúde pré-escolar
- Saúde Escolar
- Pediatria

- Tisiologia
- Ginecologia
- Odontologia
- Enfermagem
- Orientação Nutricional
- Vacinação
- Melhoria Sanitária
- Distribuição de Alimentos
- Distribuição de Medicamentos
- Laboratório de Análise
- Radiodiagnóstico
- Serviço de arquivo médico e estatística
- Carteira de Saúde

d) Necessidade de Leitos no Centro de Saúde

É conveniente definir, de logo, se o Centro de Saúde deve ou não ter leitos. Nas áreas geográficas onde existe hospitais, onde a distância entre Centros de Saúde e o hospital é pequena e o sistema de comunicação é adequado, não se justifica transferir para o Centro de Saúde atividades inerentes ao Hospital. Além do mais, isto implicaria em aumentar consideravelmente os recursos humanos e materiais, ao nível do Centro a um custo operacional bastante elevado. Em contraposição, nas áreas geográficas onde o acesso ao Hospital não é fácil, seria vantagoso combinar serviços de consultoria interna àqueles ambulatoriais. Novamente, torna-se fundamental definir que serviços hospitalares deveriam ser incluídos no Centro de Saúde.

É evidente que a necessidade está a indicar que sejam estabelecidos certos serviços como o de atenção ao parto normal, pequena cirurgia e atuação a determinados tipos de urgências médicas.

Isto varia descentralizar e reduzir a demanda ao nível das Maternidades e do Único Serviço de Pronto Socorro existentes na RMS.

e) A Organização dos Centros de Saúde

Assumindo que grande parte da assistência à saúde se faça ao nível dos Centros, é fundamental estabelecer a que população o Centro deve servir. Nas circunstâncias ainda vigentes, um Centro de Saúde para cada área programática - o critério população nunca foi levado em consideração. Assim sendo, em certas áreas programáticas da RMS, como é o caso, por exemplo, do 3º Centro de Saúde, verifica-se a inadequação desse Centro, no que se refere ao atendimento da demanda imposta pela população residente nessa área programática. Assim sendo, seria conveniente estabelecer um mínimo de população em função da qual se deveria dotar uma determinada área geográfica com um Centro de Saúde. Esse mínimo populacional não deveria ultrapassar a 60.000 habitantes. Isto vale dizer que Salvador estaria necessitando de, pelo menos, mais 10 Centros de Saúde para atender adequadamente sua população. Nos demais municípios da RMS, sobretudo aqueles onde a rarefação populacional predomina, justifica-se dotar estes municípios de uma unidade mais complexa que atenda toda região e que disponha tanto de serviços de consultoria externa como de serviços de consultoria interna.

A depender do sistema de trabalho a ser adotado, esses Centros poderiam contar com profissionais, que individualmente atuassem na área de obstetrícia, ginecologia, pediatria, clínica médica e odontologia, formando-se equipes de no mínimo 7 e no máximo 14 profissionais. Isto permitiria uma relação médico/população relativamente adequada para atender as necessidades médicas que habitualmente convergem para Centros de Saúde. Quanto à odontologia, haveria necessidade

de estabelecer novas metas que não aquelas relacionadas ao habitual tratamento radical. Poder-se-ia enfatizar o tratamento preventivo centrado no pré-escolar e escolar, aperfeiçoando-se com isto a saúde oral da futura população adulta. Essa sistemática preventiva exigiria a presença de paraprofissionais, pelo que, o número de odontólogos proposto atenderia perfeitamente a demanda comunitária.

As atividades laboratoriais seriam aquelas essenciais ao bom funcionamento do Centro, como órgão de apoio diagnóstico para comunidade. Assim sendo, seria razoável que no Centro se pudesse realizar exames bacteriológicos, básicos, Gram e Ziehl, além dos rotineiros, tais como: sumário de urina, parasitológico de fezes, etc.

f) Hospital Geral

Considere como Hospital Geral a instituição destinada a atender pacientes necessitados de assistência médica geral ou especializada, podendo ter seu objetivo de assistência limitado a um grupo etário (hospital infantil), a um determinado grupo de comunidade (Hospital Naval - Militar) ou a uma finalidade específica (Hospital de Ensino).

g) Hospital Especializado

Hospital Especializado é uma instituição destinada a receber e tratar determinadas doenças (tuberculose, psiquiatria, cardiologia, etc).

h) Hospital de Ensino

Hospital de Ensino é aquela unidade hospitalar, na qual se executam atividades formais de ensino, além de pesquisa e da assistência. Desse modo, um Hospital de Ensino tanto pode ser geral como especializado. Comumente, os Hospitais de Ensino estão diretamente vinculados a uma Universidade.

Conclui-se, das atribuições, normas de padrão do equipamento de saúde acima transcritas que torna-se possível avaliar o alcance de cada tipo, segundo a seguinte hierarquia:

Micro-Escala - Unidade Simplificada e Posto Médico.

Meso Escala - Centro de Saúde, Centro de Saúde com unidade de Internamento e Grupo de Prática Médica.

Macro Escala - Hospital Central, Hospital Especializado, Hospital de Ensino e Hospital Geral.

#### 5.1 EQUIPAMENTO URBANO DE SAÚDE ELEMENTAR, MICRO ESCALA

Entenda-se por equipamento de saúde elementar aquele da hierarquia local, da escala comunitária, situado fundamentalmente nos bairros ou em bolsões centrais, de forma que possa atender usuários com um maior grau de intimidade, frequência e, portanto, com melhores resultados preventivos.

Esse equipamento deverá estar relacionado intimamente com os equipamentos de educação do 1º grau, os quais têm importante função integrada da população infantil, extensível à população adulta de pais e ao nível da hierarquia típica comunitária.

Esse equipamento, se convenientemente operado, poderá mediante atuação intermitente, em alguns dias da semana, promover campanhas de vacinação, proceder combate a verminose, como desempenhar outros serviços médicos sistêmicos preventivos, detectando focos e transmissores infecciosos, de forma a minimizar a carga sobre os equipamentos das outras hierarquias de maior status.

Sua função reveste-se ainda da maior importância, quanto à atividades de apoio, a triagem e encaminhamento de casos agudos ou crônicos às demais unidades da rede.

Compreenda-se que a sua atividade intermitente não pode ser considerada uma constante, vez que nas áreas mais densamente povoadas, cresce o universo de demanda dentro do mesmo raio físico de alcance o que fatalmente ampliará o potencial de atendimento do equipamento em causa, enquanto que nas áreas de menor densidade, pré-urbanas ou mesmo já urbanas mas de débil ocupação, faz-se necessário operar intermitentemente como forma de alcançar o limiar econômico operacional, utilizando-se assim os mesmos recursos médico-humanos, de forma itinerante para vários equipamentos urbanos de saúde elementar.

O equipamento elementar de saúde, portanto, é aquele que privilegia as atividades clínicas, gerais, dedicadas aos diagnósticos precoces, muito ao sabor do velho clínico provinciano, e bastante distanciado do modelo médico cosmopolitano do super especialista. Obviamente, o equipamento elementar em pauta não está capacitado para resolver todos os casos mas é recomendável que resolva a maioria e que encaminhe corretamente os demais.

Do ponto de vista urbanístico locacional, da alçada da capacidade de intervenção planejada do poder municipal, sua localização deve visar a atomização do atendimento em concordância com a distribuição demográfica.

Para tanto, são falhos os dados fornecidos pelos censos oficiais, vez que completamente desarticulados em relação aos módulos geomorfológicos, de espaço quase plano, contínuos, condições em que fica impossível uma correta avaliação dos limiares e alcances das hipóteses locacionais,

face à estrutura demográfica de demanda como face à estrutura de acessibilidade da mesma demanda.

Recomenda-se, então, como indispensável o procedimento da avaliação da estrutura geomorfológica do universo municipal mediante o traçado das isoplanas de 10%, separando módulos quase planos contínuos (de máximo potencial urbanizável a baixo custo) dos espaços de mais acentuada declividade, no sentido de identificar o porte e forma dos módulos de demanda, tarefa que instrui tanto a microlocalização urbanística do equipamento elementar de saúde como a do equipamento de educação do 1º grau.

Este método encontra-se pormenorizadamente descrito e procedido para o universo da sub-unidade central do MFT (Modelo Físico Territorial) e deve ser estendido a todo o município se se pretender algum dia planejar com objetividade a microlocalização dos equipamentos urbanos da hierarquia elementar.

Faz-se necessário, no entanto, e ainda, institucionalizar a referida compartimentação do espaço, de forma que seja adotada pelo IBGE como setores censitários, de forma a que seja possível manejar os dados com vistas a otimização do benefício-custo operacional das unidades elementares.

Escusado será dizer que o procedimento cartográfico orgânico geomorfo-demográfico em causa, será igualmente útil, associado à informação cartográfica viária e de transporte para a adequada avaliação locacional dos equipamentos das demais hierarquias. Esta recomendação metodológica reveste-se de maior importância, para o planejamento físico em Salvador, devido a tipologia geomorfológica do sítio urbano em causa.



## 5.2 EQUIPAMENTO URBANO DE SAÚDE BÁSICO, MESO-ESCALA.

Trata-se da escala de bairro ou do conjunto de bairros, quando em áreas pré-urbanas de baixa densidade.

A localização desta hierarquia deve visar tanto as áreas de maior concentração da ocupação demográfica como os sistemas de transporte de massa e o equipamento estático de transporte no que tange a maximizar a acessibilidade como condição de ampliação de alcance do equipamento básico de meso-escala.

Compreende-se daí que seu dimensionamento deverá, portanto, obedecer rigorosamente as condições de acessibilidade de massa no contexto geomorfológico urbano, sem o que, terá sua capacidade ociosa ou sobrecarregada pela demanda real, de forma que em ambas as situações ocorrerão deseconomias operacionais.

O equipamento urbano de saúde básico, de meso-escala, desempenha o principal papel no atendimento dos casos encaminhados pelos equipamentos da hierarquia local, de forma que deverá proceder funções curativas numa escala muito maior, procedendo ainda tarefas de triagem e encaminhamento para as unidades hospitalares de grande porte ou especializadas.

É um equipamento, cujo limiar operacional encontra sua viabilidade quando garantido um universo de demanda do porte de bairro ou conjunto de bairros e, por isso mesmo, extremamente dependente das condições de transporte de massa, sem o que torna-se difícil alcançar a economia de escala necessária ao seu grau de especialização.

Exerce fundamentalmente atividades ambulatoriais de crescente sofisticação na proporção de sua maturidade

urbana, de forma que muitas vezes é a natureza da demanda observada ao longo de anos de operação que vai gerar a introdução de algumas especialidades.

Aí, reunidas várias especialidades, seus apoios básicos, o equipamento básico pode eventualmente assumir porte maior, recebendo mais especialidades como pequeno centro cirúrgico e leitos, motivo pelo que deve ser previsto espaço para eventuais ampliações quando de suas implantações, vez que, como sabemos, a estrutura e demografia urbana não são estáticas mas pode crescer tanto horizontalmente como verticalmente.

Os centros de saúde, tanto os especificamente ambulatoriais como os munidos de pequenas instalações para internamento reunindo equipes médicas e de enfermeiros, atendendo demandas do porte de bairro ou conjunto de bairros, são hoje, em Salvador, em número e qualidade inferiores ao porte da demanda urbana, da ordem de 1.200.000 habitantes, de forma que analogamente ao subdimensionamento da rede da hierarquia local, têm seu desempenho embaraçado pelo estrangulamento, contribuindo assim para a remessa de sobrecarga danosa aos hospitais gerais, central e especializados, que dessa forma são obrigados a desempenhar atividades menos nobres em condições completamente antieconômicas para os seus níveis de sofisticação.

Mais uma vez, neste nível, o das unidades de meso-escala, Centros de Saúde com e sem internamento, percebe-se uma completa desproporcionalidade entre os recursos municipais e as demandas urbanas, de forma que o mesmo critério agenciador de recursos pode e deve ser acionado no sentido de sensibilizar as estruturas providenciárias para a ampliação da rede, sob a ética de melhorar a mesma viabilidade financeira e econômica dos serviços de saúde da responsabilidade do próprio sistema providenciário.

Compreenda-se que a expansão da rede do nível meso beneficiará sobremaneira o alívio da sobrecarga da rede do nível macro, de forma a baratear o desempenho assistencial mediante a adequada utilização da mesma rede macro para os casos pertinentes de sofisticação maior, onde então se justificam maiores custos.

### 5.3 EQUIPAMENTO URBANO DE SAÚDE HOSPITALAR, MACRO-ESCALA.

Finalmente, considere-se o equipamento de Macro Escala, os hospitais especializados, de infecciosos, psiquiátricos, os hospitais gerais e no vértice da pirâmide o novo hospital central, ligados ou não ao ensino médico.

Trata-se da rede de equipamentos de saúde da mais alta hierarquia e transcendem de muito o âmbito da escala urbana, alcançando os âmbitos metropolitano, estadual, regional e em alguns casos o nacional.

O porte e complexidade dos equipamentos dessa dessa hierarquia fogem completamente ao poder de decisão do nível municipal mas é forçosamente desejável que sejam preservados, podemos dizer, por um eficiente desempenho das redes locais e de bairro, de forma a que possam melhor desempenhar suas funções específicas.

Devido aos aspectos peculiares da seletividade de suas funções, os equipamentos hospitalares não estão rigorosamente condicionados a acessibilidade de massa, devendo por este motivo, como modernamente se recomenda, situarem-se afastados das grandes concentrações humanas, de forma que possam usufruir da tranquilidade das baixas densidades como igualmente evitar riscos de contaminação, aumentados na razão direta das concentrações humanas.

Nessas condições e face ao grande investimento recém alocado para a construção do Hospital Central em Naranhíba, não se desenvolverá a problemática da macro-escala ao nível deste trabalho preliminar.

#### 5.4 DIRETRIZES GERAIS PARA O EQUIPAMENTO DE SAÚDE.

Os equipamentos sociais de saúde no âmbito do município se ressentem da inexistência de uma adequada informação urbanística, quanto as estruturas de demanda e de acessibilidade.

Os levantamentos censitários não levam em consideração a estrutura geomorfológica dos logradouros levantados, e a estrutura geomorfológica do universo urbano de Salvador não foi ainda avaliada em detalhes, ao nível de pormenorização exigido para a adequada microlocalização de urbanismo do equipamento de micro e meso-escalas.

A aleatoriedade das decisões locacionais dos equipamentos de micro e meso-escala, nas condições da inexistência de adequados critérios metodológicos de avaliação espacial das ofertas e demandas, vêm se refletindo, por sua vez, na desfuncionalidade do desempenho de macro-escala. Como a rede privada objetiva prioritariamente as demandas curativas oriundas das faixas de melhor renda e a custos nem sempre acessíveis para a escala social do atendimento previdenciário, compromete-se todo o sistema no que tange à sua estrutura físico-urbanística.

Nessas condições e considerando-se por outro lado que as necessidades de informação geomorfo-demográficas para o correto equacionamento das redes de equipamentos de educação são da mesma natureza cartográfica e censitária das necessárias à rede de saúde, nada mais prático que ratear seu custo, através integração de esforços de ambas as secretarias, no sentido de estender a identificação dos

módulos geomorfológicos de desempenho urbano homogêneo, realizada para a Sub-Unidade Central, a todo o contexto municipal.

Outrossim, cabe readequar a compartimentação censitária do espaço em causa, segundo os mesmos módulos, de forma a viabilizar o correto processamento dos dados, no sentido de otimizar-se as relações espaço-demanda-oferta.

Tal trabalho, de urgente realização, fornecerá a informação indispensável para uma fácil, econômica e objetiva avaliação das prioridades de intervenção, tanto na rede de saúde como na de educação, enquanto que a sua não realização resultará na manutenção dos caros, complexos e inócuos estudos estatísticos, faltos de pormenoriedade física, e conduzindo a decisões locacionais, quando muito, aleatoriamente "aproximadas". Escusado será dizer que tal prática é de molde a refletir-se no maior custo dos serviços de saúde e concomitantemente menor qualidade.

Objetivamente, trata-se de ter com segurança a estrutura física do abairramento com paralela informação demográfica, de forma a, pura e simplesmente, e mediante critérios mais aritméticos, geométricos, que matemáticos, proceder a concepção das redes de micro, meso e macro-escalas, cabendo apenas, e posteriormente, a identificação das prioridades mais óbvias, vez que naturalmente as demandas reais serão superiores aos recursos disponíveis. É exatamente esta desproporcionalidade entre demanda e recursos que torna, indispensável, urgente e inadiável tal procedimento.

Como naturalmente, não será possível aguardar a institucionalização da nova compartimentação orgânica geomorfológica do espaço a ser adotada pelos órgãos censitários, faz-se indispensável recorrer de início a uma avaliação expedita

da demografia com base nos pares aerofotogramétricos disponíveis do levantamento aerofotogramétrico assumido, realizado e custeado pela CONDER, o qual inexplicavelmente não foi ainda reproduzido e encaminhado a todas as secretarias do município sede metropolitana, Salvador.

A referida avaliação expedita da estrutura demográfica, no entanto, somente terá sentido se plotada especificamente sobre a correta avaliação da estrutura geomorfológica e da de acessos na exata metodologia do trabalho feito pelo OCEPLAN para a Sub-Unidade Central de Salvador.

## 6. ESTRUTURA E HIERARQUIA TIPO DO EQUIPAMENTO DE CULTURA, SEU COMPORTAMENTO URBO REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS DE EQUIPAMENTOS.

O equipamento de cultura, bibliotecas estadual, municipais de bairro, comunitárias, museus, fundações, galerias de arte, cinemas, teatro municipal, teatros de quatro paredes, de arena; conchas acústicas e centros folclóricos musicais, formam um elenco de instituições públicas e privadas de grande influência na vida artística e cultural da cidade, que no caso de Salvador assume, ainda, importância metropolitana e regional.

Existe, via de regra, uma estreita relação do equipamento de cultura com aquele de educação em geral, e nos níveis de hierarquia meso e macro com o equipamento estático de transporte, com a estrutura viária e frotas de transporte.

Tal relacionamento se deve aos fatos da predominância de usuários jovens para todos os níveis, e do alto custo dos equipamentos, acervos e implementos daqueles equipamentos de cultura das hierarquias meso e macro, conforme se verá para cada caso.

### 6.1 EQUIPAMENTO DE CULTURA DA MACRO-ESCALA

Nesta categoria situam-se a Biblioteca Central, o Teatro Municipal, o Museu de Arte Moderna e outros museus de porte e acervos mais preciosos.

A localização adequada do equipamento de cultura de macro-escala demanda fundamentalmente condições de acessibilidade do tipo universal, vez que seus serviços, espetáculos e acervos de alto custo e seletividade, somente encontram uma adequada relação benefício-custo quando estendido seu alcance a todo o universo urbano e metropolitano. É na exata medida do porte

do universo de usuários que se criam as condições de porte e qualidade dos espetáculos, acervos e serviços, e como o universo em causa se estende por todo o contexto urbano-metropolitano, faz-se necessário uma estreita relação entre o equipamento de cultura de macro-escala e o equipamento estático de transporte da hierarquia da Zona Central.

Neste particular, cabe referência às proposições específicas do Plano Piloto de Intervenção Urbanística Sistemática Continuada para a Sub-Unidade Central de Salvador do MFT, onde se examina em pormenores a acessibilidade e revitalização do Centro mediante a hierarquização viária, readequação do transporte e pedestrelização, face a introdução de equipamentos estáticos de transporte para o âmbito central.

Escusado será dizer que os deslocamentos de usuários em demanda do equipamento urbano de cultura da hierarquia macro, da hierarquia central, não é de molde a coincidir com os horários de pique e sobrecarga do sistema de transporte, de modo que mesmo nas condições atuais de uma precaríssima acessibilidade central, a manter-se a carência central de equipamentos estáticos de transporte, ainda assim, procede a recomendada centralidade do equipamento em pauta.

## 6.2 EQUIPAMENTO DE CULTURA DE MESO-ESCALA

Refere-se às bibliotecas, cinemas, pequenos teatros, galerias de arte e clubes folclóricos musicais da hierarquia de bairro, equipamentos de alcance específico do bairro, do conjunto de comunidades ligadas ao bairro.

Compreenda-se que muitas vezes, dependendo da qualidade do desempenho operacional de um equipamento desta hierarquia, desenvolve-se um interesse de alcance maior que o bairro, gerando atratividade capaz de mobilizar eventualmente uma



massa de usuários ou espectadores das mais diversas procedências, mas estas explosões de interesse não modificam, não são de forma a contraindicar a localização dispersa do equipamento urbano cultural da hierarquia de meso-escala, refletindo o processo natural de desenvolvimento de valores culturais no contexto urbano e metropolitano.

Via de regra, os espetáculos, exposições e acervos, levados finalmente aos grandes equipamentos da hierarquia central, são gerados, nascidos, conhecidos e promovidos pelos equipamentos de meso-escala da hierarquia de bairro.

Na falta, ou insuficiência destes equipamentos culturais da hierarquia de bairro assistir-se-á a compulsória ociosidade dos museus, teatro municipal e salas de exposição da hierarquia central, salvo quando dedicados a apresentação de obras geradas, nascidas e criadas em outros centros nacionais ou internacionais melhor equipados.

Analogamente se a criança e o jovem de hoje tiverem poucas oportunidades de acesso à biblioteca de bairro, de seu meio ambiente, raramente revelarão interesse mais tarde pelo sofisticado acervo da biblioteca central. No caso das bibliotecas de bairro, da hierarquia de meso-escala, faz-se necessário que se situem precisamente na imediata proximidade das escolas do 2º grau, onde se concentram os estudantes desse nível de ensino e portanto usuários em potencial de suas coleções, isto como garantia de uma correta relação entre o alcance de seus acervos com o "baricentro demográfico" do universo de seus usuários.

Nessas condições, estará se formando os futuros consultores do raro e caro acervo da biblioteca central.

### 6.3 EQUIPAMENTO DE CULTURA DA MICRO-ESCALA

Aqui se situam os equipamentos urbanos culturais do âmbito comunitário, às bibliotecas infantís, os coretos das mais longínquas praças e logradouros, pequenos teatros de arena, de forma que se constituam no primeiro contato dos mais jovens com as atividades culturais.

É necessário notar que os estudantes do 1º grau têm, via de regra, uma mobilidade inferior ao porte médio dos bairros, de forma que nem sempre têm acesso ao micro-pólo do 2º grau, e dessa forma, é desejável que contêm na escala comunitária com um mínimo de oportunidades culturais, as quais alcançarão naturalmente seu melhor desempenho, quando acopladas às unidades de educação do 1º grau, pela exata razão de aí se situarem as maiores concentrações de usuários em potencial.

Assim é que as bibliotecas infantís e os coretos devem situar-se prioritariamente o mais junto possível das escolas do 1º grau, para que não se tornem ociosos, como via de regra acontece.

### 6.4 DIRETRIZES GERAIS PARA O EQUIPAMENTO DE CULTURA

No que tange o equipamento de cultura para as três escalas de desempenho urbano, cabem as recomendações que a seguir se apresentam, respectivamente para cada hierarquia.

- a) Os equipamentos de Cultura da hierarquia macro devem situar-se no contexto do centro tradicional, na Sub-Unidade Central do MET, de forma a se beneficiarem do gigantesco patrimônio histórico aí situado, assim como do complexo e agigantado sistema de transporte universal urbano que aí opera.

As recomendações relativas à acessibilidade viária, de veículos, de pedestres, readequada pelas intervenções nos equipamentos estáticos de transporte conforme a proposição de acessibilidade do Plano Piloto para a Sub-Unidade Central de Salvador do MFT, atestam a inequívoca vocação da Zona Central como pólo metropolitano das atividades da hierarquia mais sofisticada e condizentes com aquelas do equipamento cultural de macro-escala.

No que respeita o caso dos cinemas em particular, observa-se mundialmente hoje em dia, uma crescente diminuição da importância das unidades secundárias, incapazes de competir com a televisão, muito embora tendam a sobreviver as casas maiores dedicadas às produções de maior custo e esmero, sempre capazes de mobilizar público. É recomendável, considerando-se a crescente escassez de combustível e a tendência de coletivização compulsória dos transportes, que os grandes cinemas devam situar-se por estas razões no contexto central como garantia da viabilidade operacional.

Não são poucos os grandes cinemas de bairro desativados atualmente em Nova York, Rio, São Paulo e outras metrópoles, enquanto que os centrais sobrevivem, a exemplo dos antigos grandes teatros, quando do surgimento do cinema, mediante uma oferta cada vez mais seletiva, mais sofisticada, capaz assim de competir com a quantidade de ofertas a baixo custo proporcionadas pela televisão.

No que respeita o teatro municipal, o Castro Alves, nota-se na Bahia uma desproporção entre este teatro e a diminuta rede de teatros da hierarquia menor, de bairro, de forma que o grande teatro da hierarquia central não tem suficientes raízes locais que o abasteçam de espetáculos, ficando dessa forma ocioso ou dedicado a temporadas exóticas.

Para a triagem e seleção de espetáculos de lavra baiana, que alimentem com continuidade e qualidade, o Castro Alves, torna-se necessário uma constatação de casas menores que assumam o risco das montagens experimentais, amadoras ou profissionais, com seus longos ensaios e primeiras apresentações, que propiciem a formação de elencos, equipes, com seus custos fixos, de forma que o grande equipamento não continue como elefante branco ou apresentando espetáculos de qualidade inferior a seu status.

Considerando-se, por outro lado, as raízes culturais de música e dança afro-brasileiras de grande vitalidade na Bahia, procede a formação de um balet afro-brasileiro, naturalmente com alcance mundial (temporadas itinerantes) vez que nunca será possível sustentar tal manifestação com base no mercado local. Obviamente não será o bom sambista que há de pagar ingresso para assistir o sambão sem que possa dele participar, de forma que as atividades de música e dança folclóricas não podem representar suporte econômico para o Castro Alves no contexto urbano metropolitano de hoje, com apenas 1.200.000 habitantes.

No que respeita aos museus, existem grandes oportunidades de ambientação daqueles ligados a história, de forma que em Salvador podem ser reunidos caros acervos históricos, desde que com melhor critério de qualidade, mesmo que com sacrifício da quantidade, sem o que não poderão representar interesse proporcional ao equipamento urbano hoteleiro de turismo, presentemente disponível na URBIS.

Nessas condições, procede a recomendação no sentido de reunir todos os pequenos acervos dispersos pelos vários pequenos museus centrais, no sentido de criar-se um grande museu histórico baiano reunindo num mesmo edifício o Museu de Arte Sacra, o Costa Pinto, o do Carmo, o do Recôncavo, e outros

de forma a otimizar a atratividade das mostras, maximizando-se o rendimento das visitas, minimizando-se a mobilidade dos interessados, no exato interesse da correta adequação hierárquica destes equipamentos para escala metropolitana ora alcançada. Procede-se no entanto, a manutenção da individualidade de cada acervo, no sentido de preservar-se suas próprias histórias, mas é absolutamente impraticável pretender atratividade para os mesmos, apresentado-se de forma pulverizada numa cidade de expressiva vocação turística, para interessados procedentes de grandes centros nacionais e internacionais com museus de muito maior importância, não tanto pelo acervo mas pela qualidade e racionalidade das mostras.

Com respeito ainda ao potencial cultural, há que examinar-se o excepcional patrimônio histórico urbanístico-arquitetônico longamente tratado no Plano Piloto da Zona Central, o qual representa por si só expressivo acervo cultural, que por estar situado em plena zona central, sub-unidade central de Salvador, reveste-se do status da hierarquia central.

b) Os equipamentos urbanos de cultura da meso escala, situados necessariamente no âmbito de bairros, são notoriamente escassos em Salvador, de forma que afetam como já foi examinado o desempenho daqueles da macro-escala.

As bibliotecas de bairro devem ainda ser criadas, na maioria dos casos e junto às unidades de ensino do 2º grau, de forma a iniciar o processo de formação dos futuros consultores da biblioteca central. Os pequenos teatros de bairro ainda não são uma prática em Salvador, vez que somente muito recentemente foi alcançado o porte metropolitano, já se pode observar demandas que os justifiquem, se comparada a plena programação dos pequenos teatros centrais em contraposição a relativa ociosidade do Castro Alves.

No que respeita a localização do equipamento de cultura de meso-escala, faz-se necessário um cuidadoso procedimento locacional com vistas a garantir o difícil limiar de viabilidade de suas atividades no pequeno universo dos bairros, onde o alcance de usuários há de depender necessariamente da expressa avaliação da acessibilidade não só dos usuários locais, de bairro como do eventual concurso de espectadores originários de outros bairros.

Se houver um correto procedimento locacional das unidades de educação do 2º nível é recomendável que haja coincidência entre estas e os referidos pequenos teatros de bairro, motivo pelo que, mais uma vez, se recomenda o recurso ao mapeamento conjunto das isoplanas de pedestrelização, da estrutura viária e de transporte de massa, da estrutura espontânea de usos, para a correta avaliação e tomada de decisões locacionais.

c) No que tange a equipamento cultural de micro-escala, bibliotecas infantis, coretos e pequenos teatros de arena, mais uma vez se utilizarão dos critérios de avaliação locacional possíveis a partir dos referidos levantamentos e mapeamento.

Nessa micro-escala de abordagem, cresce a importância dos fatores locacionais condicionantes do desempenho econômico e eficiente dos equipamentos, face que a acessibilidade de micro-escala, da escala comunitária, caracteriza-se fundamentalmente pela pedestrelização, esta extremamente sensível às declividades mais íngremes.

É possível admitir-se mesmo a difícil caminhada por ladeira íngreme, quando do indispensável acesso a um equipamento de ensino "obrigatório", mas tais condições de acessibilidade são de molde a inibir o desempenho de um equipamento cultural de uso menos "obrigatório", de forma a torná-lo frequentemente ocioso.

d) No que tange ao procedimento metodológico para adequação locacional do equipamento cultural das três escalas, e conforme se pôde apreender do exame de cada hierarquia é, portanto, indispensável o procedimento do levantamento das isoplanas, módulos quase planos contínuos de espaço urbano homogêneo, circulação e transporte, e principais aspectos do comportamento de uso e ocupação metodológica espontânea, conforme o Plano Piloto do Centro, como subsídio indispensável à decisões locais objetivas. Como tais levantamentos e procedimentos são igualmente necessários a correta política de localizações prioritárias dos equipamentos de saúde e educação, nada

7. ESTRUTURA E HIERARQUIA TIPO DE EQUIPAMENTO DE ABASTECIMENTO, SEU COMPORTAMENTO URBO-REGIONAL E FACE A OUTROS GRUPOS DE EQUIPAMENTO

A estrutura e hierarquia tipo de equipamento de abastecimento se compõem dos três níveis de análise, macro-escala, meso-escala e micro-escala as quais serão detalhadas adiante. A grande responsabilidade desses equipamentos, visto as necessidades imediatas, pela população, dos produtos neles distribuídos, confere-lhes um papel fundamental, a qual responsabilidade implica em relações econômicas mais profundas, mais frequentes e mais abrangentes, entre o conjunto dos usuários e o equipamento de abastecimento, do que no caso dos demais equipamentos. Por isso, devemos entender que a correta adequação da rede de abastecimento com o contexto de necessidades urbanas, dos pontos de vista das localizações físicas e da fácil acessibilidade, como sendo um objetivo prioritário para o bom desempenho da Urbe.

O problema da adequação da rede do sistema de transporte é determinante do referido desempenho, pois, os grandes mercados de abastecimento para desenvolver adequadamente a sua função de venda em grande escala, produtos a baixos preços, têm que contar com uma rede de transporte eficiente, capaz de alcançar uma escala de usuários suficiente para a economia de escala.

Necessita igualmente de parques de estacionamento e diversas facilidades para os usuários. Em Salvador podemos hierarquizar o equipamento de abastecimento em três níveis a saber:

#### 7.1 REDE DE ABASTECIMENTO DE MACRO-ESCALA

Mercados regionais, metropolitanos e urbanos com papel de assegurar o abastecimento da metrópole e da zona de influência (Estado) de certos produtos específicos para oferta metropolitana. São Joaquim, CEASA e Centrais das redes privadas.

#### 7.2 REDE DE ABASTECIMENTO DE MESO-ESCALA

Supermercados, mercados e feiras de bairro com âmbito urbano e de bairro.

#### 7.3 REDE DE ABASTECIMENTO DE MICRO-ESCALA

Lojas e mercadinhos com âmbito local e casas comerciais de gêneros alimentícios de menor porte.

#### 7.4 OUTRAS REDES PARALELAS DE ABASTECIMENTO

No que tange ao abastecimento, há que levar-se em consideração inclusive, as estruturas de rede específicas de alguns produtos, dotadas de equipamento também específicos, tais como:



- a) Rede de Laticínios - com seus postos de recepção no âmbito da bacia leiteira, unidades de resfriamento e transporte, unidade de processamento do leite em natura e ou industrialização, estocagem e pontos de distribuição;
- b) Rede do Pão - com as instalações portuárias específicas, usinas de moagem, estocagem, distribuição, padarias;
- c) Rede de Carne Bovina - matadouros, unidades de industrialização e/ou processamento em natura, frigoríficos e açougues;
- d) Outras redes específicas de alguns produtos mais ou menos complexas superpõem-se às de equipamentos urbanos de abastecimento nos três níveis de abordagem, como: a de hortigranjeiros, a avícola, a de pesca artesanal, as de outros cereais (arroz, milho) a do pão, etc.

#### 7.5 DIRETRIZES PRELIMINARES PARA O EQUIPAMENTO DE ABASTECIMENTO

Nessas condições e a nível das limitações de tempo e recursos deste trabalho, apenas se examinarão aqueles equipamentos de menor grau de especialização no que tange ao equipamento urbano de abastecimento sem que no entanto seja possível deixar de recomendar a retomada da ação planejadora no sentido do prosseguimento do trabalho, mediante dotação de recursos materiais e humanos para tanto, a ser desenvolvido não apenas no campo do urbanismo, como no conjunto das disciplinas envolvidas, agro-pecuárias, agro-industriais, sanitárias, ecológicas (não confundir com ecologia urbana) relativas ao transporte, estocagem e sobretudo a economia do abastecimento.

### 7.5.1 Diretrizes de Macro- Escala do Abastecimento

No que tange as diretrizes para o equipamento de abastecimento de macro em Salvador, faz-se indispensável examinar-se três grandes precedentes os quais atualmente compõem os principais campos de intervenção:

a) a CEASA, funciona hoje como a grande central de abastecimento dos produtos oriundos do contexto regional e nacional mas especificamente trazidos através do sistema rodoviários. Representa um modelo de abastecimento central que acertadíssimo quando de sua concepção, tende no entanto atualmente, face a crise mundial de energia, a sofrer algumas restrições quanto ao desempenho econômico.

Haverá o dia no próximo futuro, em que as grandes partidas de produtos não serão competitivas em relação ao somatório de micro-ofertas de origem local do entorno regional urbano;

b) a grande central privada, ora em início de operação, da maior rede de super-mercados local, também calcada no mesmo modelo rodoviário, tem seu desempenho baseado no atual sistema viário regional e nacional privilegiador da indústria automobilística, pese a desconcertante crise mundial dos combustíveis a qual apanhou o mundo de surpresa;

c) a antiga feira de Água de Meninos atualmente deslocada para São Joaquim, ecologicamente ligada ao mar e a seu tradicional modelo de transporte por saveiros.

Obviamente não se pode pretender que o modelo ancestral dos saveiros venha a suportar a carga de demandas de uma metrópole moderna com 1.200.000 habitantes calcada no exato modelo rodoviarizante do haja combustível, mas a economia geral do abastecimento só poderá se beneficiar da retomada de intervenções privilegiadora e aperfeiçoadoras

do modelo São Joaquim, não só pela sua crescente competitividade como pelo simultâneo incremento das atividades produtoras do contexto metropolitano, importante alternativa no cenário macro-econômico nacional e internacional.

Escusado será ainda abordar as relativas vantagens desse modelo tradicional no sondável controle do monopólio do abastecimento.

#### 7.5.2 Diretrizes de Meso-Escala do Abastecimento

Nesta escala de intervenção, escala do bairro, e no nível das limitações de tempo e recursos materiais e humanos do presente trabalho, somente se pode identificar as principais tendências observadas do equipamento urbano de abastecimento de bairro.

Assiste-se hoje em dia, a definitiva agonia dos equipamentos isolados de abastecimento ao nível de bairro, face ao recente, eficiente e desembaraçado sistema integrado pela principal cadeia de supermercados.

Dada a poderosa competitividade desses equipamentos privados operados em escala social de forma integrada fica perfeitamente claro a sua superior racionalidade para o desempenho do abastecimento a nível de bairro em relação às pequenas lojas, salvo no entanto, a extrema capacidade de resistência das antigas feiras, as quais, principalmente, encontram sua viabilidade na superior comercialização de produtos frescos da produção local integrados pela CEASA e São Joaquim.

Note-se principalmente a possibilidade de aperfeiçoamento do sistema local de bairro pela melhor complementariedade São Joaquim-CEASA-Feiras de Bairro.

Não é suficiente construir CEASAS sem operá-las de forma integrada a exemplo do eficiente sistema integrado pela cadeia de supermercados.

### 7.5.3 Diretrizes de Abastecimento da Escala Micro

A escala micro, comunitária, do contexto micro-urbano de abastecimento, foge completamente a disponibilidade de recursos e tempo deste trabalho.

Via de regra é assumida em Salvador pelos pequenos comerciantes de bairro, sempre em inferioridade na disputa do mercado com a grande cadeia de super-mercados, salvo e paradoxalmente no atendimento da população mais pobre, a qual não dispõe de veículos para deslocar-se convenientemente e abastecer-se nas grandes unidades sob as condições de um precaríssimo transporte de massas.

Em alguns estabelecimentos específicos como açougues e padarias, verifica-se uma relativa independência do equipamento de micro-escala mas, mesmo estes equipamentos especializados já apresentam sintomas de empobrecimento face a oferta industrial de embalados em constante processo de aperfeiçoamento.

8. ESTRUTURA E HIERARQUIA TIPO DO EQUIPAMENTO ESTÁTICO DE TRANSPORTE

Embora não haja sido contemplado pelo termo de referência, faz-se absolutamente indispensável abordar aqui o equipamento estático de transporte face sua estreita relação com o desempenho dos demais equipamentos urbanos além de seu relacionamento direto com o próprio desempenho urbano residencial, comercial, de serviços, industrial e mesmo do setor quaternário.

Equivale dizer que a cidade moderna e sobretudo nas condições da atual crise de energia, tem seu melhor ou pior desempenho ligado a correta disposição do equipamento estático de transporte.

Em Salvador este equipamento, o estático de transporte encontra-se com sua estrutura desfalcada das principais unidades, de forma que se compromete, com raras exceções, toda a rede urbana de equipamentos pontuais.

Compreenda-se que o melhor ou pior equacionamento dos equipamentos urbanos de meso e macro escalas vai depender quanto a exata avaliação de seus universos de demanda, como do dimensionamento da oferta, tanto dos fatores geomórficos dos sítios urbanos como do sistema de transporte como um todo.

No que tange ao sistema de transporte como um todo, é o equipamento estático de transporte o principal catalizador do desembàraçado desempenho viário, das frotas de veículos coletivos e singulares, como também da pedestrelidade, o que em Salvador merece especial atenção não só quanto a peculiar estrutura geomórfica (especialmente acidentada) dos sítios em causa, como pelo grande atraso da estrutura atualmente implantada de equipamentos estáticos de transporte face as demandas atuais do porte metropolitano.

Recomenda-se para tanto, a expressa avaliação das intervenções urbanísticas neste setor: equipamentos estáticos de transporte, acessibilidade, do Plano Piloto de Intervenção Urbanística Sistemica Continuada para a Sub-Unidade Central de Salvador, como padrão de planejamento para as demais unidades do município, como condição indispensável para o correto equacionamento de todos os demais equipamentos pontuais.

9. CONDIÇÕES DA ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE SALVADOR, SUB-UNIDADE CENTRAL.

No presente capítulo, fazemos referência ao conteúdo do Plano Piloto para a Zona Central, no que tange a estrutura de equipamentos.

As diversas redes de equipamento urbano funcionam no tecido urbano qualquer, como um sistema paralelo que empresta a este, melhores condições de desempenho, mas no caso específico de tecido central, há que considerar ainda o nível hierárquico do equipamento tipo centro em relação aos congêneres de bairro.

É fácil compreender-se que sendo o centro, por princípio e por definição, o núcleo principal de todas as atividades fins da mesma aglomeração urbana, é precisamente aí que se estabelecerão as melhores oportunidades de encontro, de complementação, de transação entre umas e outras atividades fins.

Comecemos por examinar os equipamentos ligados às atividades meio do contexto urbano, aquelas que cercam a moradia, o bairro, a habitação, escolas de 1º grau, e os primeiros ciclos do 2º grau, o comércio de abastecimento de bairro com maior freqüência de compras sempre diárias, o equipamento de lazer, praças e parques típicos de lazer, praias, postos de saúde, ambulatorios, hospitais, pronto socorro, campos de esporte, e outros, para em seguida focar o equipamento ligado às atividades fim, comércio e serviços de maior hierarquia já condizentes com o espaço central, que por princípio deve ser acessível ao universo de usuários urbanos, escolas dos últimos ciclos do 2º grau, o 3º grau, estabelecimento de ensino superior, cursos de especialização, museus, teatros, estádio, principais e maiores cinemas, instituições culturais, biblioteca de porte municipal ou estadual, teatro municipal,

## 9.1 CONDICIONANTES DE EQUIPAMENTO DA MACRO ESCALA QUE INTERVÊM NO ÂMBITO CENTRAL

Faz-se necessário, aqui, referência ao estudo da Zona Central. No universo da Macro Escala, no contexto urbano que cerca o Centro de Salvador, onde ocorrem os fatores condicionantes exógenos do seu desempenho, examinados os principais equipamentos de Macro Escala, Centro Administrativo, Campus Universitário, Aeroporto, Hospitais Centrais, Terminal Rodoviário, Terminal Ferroviário e Porto fica perfeitamente clara a estreita correlação dos dois últimos com o desempenho da Zona Central.

No caso do Terminal Ferroviário, da Estação da Leste - Brasileiro é importante perceber a inevitável tendência de revigoração do transporte de massa ferroviário, face a crise energética mundial, e sua implicação com a plena utilização do potencial residencial da suburbana, refletindo-se na importância do Centro Tradicional face ao adensamento deste eixo de desenvolvimento.

Constata-se atualmente a total inadequação da Estação da Leste, quanto à efetiva integração da mesma, com os veículos coletivos de transporte urbano, os quais emprestariam seletividade origem destino à enorme capacidade ferroviária para longas distâncias, mas carente de seletividade origem destino.

Nas atuais condições, o passageiro desembarcado pela Leste, em sua estação da Calçada é um perfeito párea em matéria de mobilidade, marginalizado pelos coletivos lotados de passagem pelo local, está condenado a mendigar um lugar nos ônibus, o que explica a tragicômica ineficácia da mesma ferrovia como transportadora de massas.



assim como centrais assistenciais ligadas ao equipamento de saúde (não o próprio equipamento de saúde) e finalmente a constelação de equipamentos ligados ao transporte, estações rodoviárias, estações ferroviárias, terminais centrais de ônibus, terminais periféricos do centro, estacionamentos centrais e periféricos, abrigos, haíás, pontos de táxis, estações aquoviárias e no caso particular do Centro de Salvador os baianíssimos Elevadores e Planos Inclínados.

Como vemos, é indispensável ordenar a heterogênea corte de equipamentos urbanos no sentido de selecionar aqueles de hierarquia especificamente central de forma a instruir o planejamento.

O simples cadastramento do equipamento na área mostra a presença indistinta de toda sorte de equipamento urbano, desde a mais elementar escola à biblioteca estadual e não poderia ser de outra forma dada a peculiar complexidade geomorfológica do Centro de Salvador, sabidamente heterogêneo tanto no uso como na ocupação. Coexistem num mesmo módulo geomorfológico de espaço plano contínuo, o aprazível bolsão residencial e o ativo eixo comercial e de serviços, representadas assim no mesmo espaço ambas as atividades, as fim e as meio, do conjunto urbo-metropolitano.

Como sabemos, do íntimo relacionamento do uso das atividades preponderantemente representadas num espaço urbano, com a acessibilidade, condições de mobilidade dos usuários das referidas atividades, fica perfeitamente compreensível que o condicionamento de equipamento para o desempenho urbano e intervenção urbanística vai depender muito mais do novo quadro de acessibilidade, a ser proposto, que do atual "Lay-out" da estrutura de equipamentos.

Para uma correta abordagem da estrutura atual de equipamento no estrito interesse do desempenho central em pauta, procede-se a análise do mesmo nas duas escalas de abordagem, a macro e a meso.

Não é difícil identificar como indispensável a construção de um respeitável (porte adequado à capacidade nominal de transporte de massas da ferrovia), de um considerável terminal de ônibus na Calçada, junto a Estação da Leste e fora, completamente fora dos já estreitos eixos viários que por aí passam.

Não é permissível conceber a Zona Central sem o inevitável concurso de gigantesca influência de próximo futuro oriunda da densificação do uso residencial na suburbana em função da Leste Brasileiro dado seu potencial urbano residencial.

Se considerarmos a crescente demanda de mão-de-obra do CIA nesta área, a Zona Central de Salvador será o centro natural do grande eixo em gestação face às suas atuais tendências de expansão e conurbação dos usos tipo central com os sub-centros de Itapagipe e Liberdade.

No que tange ao importante equipamento de Macro Escala, o Porto de Salvador é notória sua presença indisfarçável em pleno coração do Centro de Salvador.

O porto em Salvador, ligado historicamente ao desempenho da cidade, nasceu com ela numa completa simbiose.

Não é por acaso que as primeiras grandes cidades brasileiras foram Salvador, São Vicente e Rio de Janeiro.

Modernamente, as transformações tecnológicas da engenharia naval e portuária, o surgimento dos graneleiros, da automação de carga e descarga dos grãos e mais recentemente o advento e vulgarização dos "containers" para carga comum vem de subverter de certa forma as tendências mais antigas, muito embora sub-exista considerável remanescente das práticas portuárias tradicionais (tipo século XIX e primeira metade do XX), devido ao enorme patrimônio flutuante de desenho antigo que ainda continuará operando até sua definitiva desativação.

Apenas o transporte de passageiros, condicionado pelas limitações anatômicas dos mesmos passageiros; sofreu poucas transformações em relação aos desenhos navais mais antigos, havendo que assinalar-se, no entanto, uma indisfarçável tendência para sua revitalização face a crise energética e principalmente no que tange ao turismo internacional de massas o que diz respeito de perto a problemática urbana de Salvador e particularmente de seu Centro Portuário.

Apesar das mais recentes instalações portuárias petroleiras de Mataripe, do Porto Industrial de Granéis de Aratu, do Terminal de Granéis da USIBA em São Tomé de Paripe e outras obras de menor porte, todas na mesma e maravilhosa baía de Todos os Santos, o tradicional Porto de Salvador continuará desempenhando importantíssimo papel e justaposto à Zona Central da Metrôpele.

Nesse particular, há que compreender-se que apesar das atuais tendências mundiais e nacionais descentralização portuária, isto não autoriza a prognosticar uma desativação por menor que seja dos portos mais antigos e tradicionais, tipo Salvador, Rio, Santos, Buenos Aires, Hamburgo, Nova York, Tóquio e tantos outros.

Pode-se, isto sim, identificar uma diminuição relativa da tendência de expansão o que de qualquer forma desaconselha qualquer pretensão de intervenção urbanística na Zona Central com base em disputa do espaço pulmonar do porto em questão.

O pulmão de um porto, é na verdade o principal fator de otimização de seu desempenho e dessa forma não pode ser comprometido para atender as condições de desempenho da Zona Central, vez que não é boa técnica despir um santo para vestir outro.

Outras instalações, no entanto, como os estabelecimentos atacadistas, depósitos e sede de empresas de transporte que se situam tradicionalmente no entorno da Praça Marechal Deodoro, ali localizadas desde os tempos da cabotagem de Escunas e Saveiros como testemunha o mercado do Ouro, tendem, a dali, se deslocarem principalmente em função do terminal de transportes metropolitanos que se instalará no CIA perto da CEASA, como do Porto Seco Pirajá de iniciativa privada junto a BR-324.

Assim também, a Unidade dos Fusileiros Navais, acantonada em barracões no Comércio desde a segunda guerra mundial, em situação que literalmente a prejudica quanto a mobilidade, a eficiência de manobras e mesmo quanto a vulnerabilidade, pode eventualmente ser remanejada, mesmo porque, conta ainda a baía de Todos os Santos com importante Base Naval.

Ainda no âmbito do equipamento de Macro Escala é interessante assinalar a singular presença do Estádio da Fonte Nova, equipamento este, o Estádio Municipal, que via de regra, situa-se em sítios não centrais, como o Maracanã, o Pacaembu, o Mineirão e outros, mas que no caso de Salvador localiza-se no limite Oeste da Zona Central em apreço.

Esta ocorrência singular testemunha a recente explosão de desenvolvimento de uma cidade média que alcança o porte metropolitano em apenas dez anos.

O mesmo fenômeno rejeitou o terminal rodoviário das Sete Portas, removendo-o em poucos anos para o Camurugibe, mas não se pode pretender a mesma sem-cerimônia para um equipamento do porte da Fonte Nova, mesmo porque não existe grave inconveniência da presença central do Estádio se bem equacionado o transporte de massas na área do Centro, um dos objetivos básicos deste trabalho piloto.

Vistos os principais fatores condicionantes de equipamentos da Macro Escala, passaremos a examinar os de Meso Escala, os endógenos, que afetam o desempenho urbano da Zona Central, como também afetando a intervenção urbanística na mesma área.

## 9.2 CONDICIONANTES DE EQUIPAMENTO DA MESO ESCALA DO CONTEXTO CENTRAL EM SALVADOR

Aqui examinaremos o equipamento especificamente vinculado às funções urbanas predominantes da Zona Central.

No desenho ZC-m-D-E-001 foram assinalados os principais equipamentos de Meso Escala assim como aqueles do nível de Macro Escala, mas situados espacialmente no espaço físico da Meso Escala.

Para efeito de melhor interpretação, foram adotadas convenções específicas para cada grupo de equipamentos, segundo suas naturezas quais sejam: Equipamentos de Transporte (triângulo invertido), Equipamentos de Cultura (quadrado sobre o lado), Equipamentos de Saúde (círculo), Equipamentos de Turismo (triângulo sobre o lado), Equipamentos de Comunicações (exágono), Equipamentos de Abastecimento (pentágono sobre base), Equipamentos de Segurança (pentágono sobre vértice), Equipamento de lazer (quadrado apoiado sobre vértice) de forma que as redes de cada grupo de equipamento, segundo sua natureza, possa ser facilmente visualizada.

No que respeita ao Equipamento Estático de Transporte, terminais periféricos, terminais centrais, estacionamentos periféricos, estacionamentos centrais, elevadores públicos, planos inclinados e estações, fica evidenciada a inadequação da rede, tanto quanto ao equipamento do nível periférico, responsável este pelo enlace Macro-Meso, como quanto ao equipamento do nível central, especificamente de Meso Escala, o que confirma as conclusões de diagnóstico e prognósticos relativas ao mau desempenho urbano da acessibilidade.

O notório iato entre as duas escalas de equipamento estático de transporte vem condicionando a total disfunção das frotas de transportes, incapazes de um nível mínimo necessário de organização segundo o princípio da integração

da maior seletividade origem destino e baixo rendimento passageiro-viagem com a menor seletividade origem destino e alto rendimento passageiro-viagem, objeto do capítulo adequação do Transporte de Massas, do Plano Piloto Central.

Nessas condições, e por mais sofisticados que sejam os artifícios de cálculo rodados em computador, resultará sempre que o desempenho do transporte de massa somente poderá melhorar mediante o inviável redimensionamento, ampliação dos espaços viários, de estacionamentos e de terminais no interior do Centro; e como tal ampliação, na escala demandada é incompatível com a mesma sobrevivência do do centro, com a manutenção do espaço indispensável à economia de escala das funções centrais com o próprio desempenho urbano do centro como tal, fica perfeitamente patente a inutilidade do procedimento matemático sem que se empreste inteligência ao trabalho cibernético mediante o redesenho urbano para o equipamento estático de transporte. A não ser que se inventem computadores inteligentes.

Este redesenho visará principalmente o equipamento do tipo terminais periféricos de transporte coletivo, associados com o sistema central de circulação para circulares com seus terminais centrais de circulares.

Os estacionamentos periféricos, já implantados, necessários naturalmente, mas insuficientes para aliviar a sobrecarga do espaço rolante central, terão de ser igualmente ampliados no espírito de criarem as condições para o adequado desempenho do transporte de massa.

O equipamento urbano estático de transporte dedicado à agilização do desempenho dos táxis, pontos de táxis, tão penosamente localizados ao longo do escasso espaço viário do Centro de Salvador, vê-se literalmente lotado de passageiros em fila, na angustiosa expectativa dos raros táxis que cometem a imprudência de aceitar corridas para o Centro, assim sacrificando a fêria do horário além de desperdiçar ociosamente o tanque do precioso líquido

Por mais pontos que se instalem ou remanejem-se no âmbito da Zona Central não se pode exigir da frota urbana de táxis que alcance um mínimo de desempenho numa velocidade média de 15 km/h (quinze quilômetros por hora) e ao custo de suados petro-dólares, salvo mediante a readequação da acessibilidade.

No quadro diagnosticado do equipamento estático de transporte ressalta a incrível eficácia dos velhos elevadores e planos inclinados em operação, os quais onde funcionam, são cercados de excepcional vitalidade urbana como flagrante testemunho de seus importantes papéis.

Cabe observar ainda os sintomas de um rápido processo de decadência do tecido urbano circundante nos casos de inatividade temporária ou longa desses singulares equipamentos urbanos soteropolitanos, os elevadores e planos inclinados.

No que respeita às estações aquoviárias, Rampa do Mercado, Baiana de Navegação e Ferry-Boat, faz-se sentir presentemente um importante incremento da demanda face o processo de urbanização galopante de recreio da ilha de Itaparica.

As longas filas de automóveis nos fins de semana e feriados do Ferry-Boat têm contrapartida já prevista no projeto original do mesmo, quando foi indicado a duplicação dos ancoradouros para um natural aumento das embarcações face ao aumento da demanda gerada esta pela própria oferta; não deu outra coisa e Itaparica vem de sofrer fulminante assalto imobiliário.

A manter-se esta tendência é possível antever-se um futuro uso residencial, propriamente dito, no farto potencial urbanizável da ilha de Itaparica e consequentes reflexos na Zona Central de Salvador pelo seu concomitante aumento de responsabilidade funcional, mas este evento foge completamente ao nível piloto do presente trabalho sem que no entanto possa ser esquecido quando do prosseguimento da ação planejadora.

No que respeita o equipamento de cultura, biblioteca, museus, teatros, grandes cinemas de centro, aqueles típicos da hierarquia de equipamentos centrais, da Meso Escala de abordagem, observa-se perfeitamente que existe uma certa defasagem entre a oferta atual deste tipo de equipamento e o porte atual da metrópole, o que se explica como que uma carência típica do rápido crescimento.

Via de regra esse tipo de carência é compensada por um desenvolvimento da oferta face o incremento da demanda, sem que se constitua maior problema no que tange o planejamento urbano, muito embora se deva considerar aqui a oportunidade de propiciar e incentivar mesmo o surgimento de novos equipamentos culturais de hierarquia central quando da intervenção urbanística no aspecto dos usos.

Estes museus, institutos, teatros e fundações, não são de molde a sobrecarregar o centro, seja pela frequência seletiva, seja pelos horários dos espetáculos, de forma que se beneficiam do poderoso sistema de transporte central no sentido de se tornarem acessíveis ao grande universo de usuários urbanos e metropolitanos, nos horários de baixa demanda.

No que respeita o equipamento de Turismo no âmbito central, incomum de um modo geral, ele ocorre no caso de algumas cidades e em Salvador particularmente, dada a importância histórica, urbanística, arquitetônica, cultural e pitoresca do Centro em questão.

Assim é que um dos mais nobres hotéis, resultou do remanejo parcial do Convento do Carmo em pleno centro histórico, no módulo geomorfológico de Sto. Antonio, de forma que considerando a quantidade e qualidade da imagem urbana, as atrações regionais, os museus, sempre caberá ao Centro de Salvador um importante papel turístico, desde que evitada a já referida tendência de deteriorização, destruição e desaparecimento desta imagem na área histórica do mesmo Centro.



A par dos hotéis típicos de Turismo no centro, ocorrem ainda os hotéis típicos de centro, os quais vítimas atualmente do estado de crise vivido pela Zona Central de Salvador, colapso da acessibilidade, sobretudo para o forasteiro dependente de táxis, refletem a carência da vitalidade urbana central, mas serão naturalmente beneficiados pela revitalização, objeto do Plano Piloto para a Zona Central.

Ainda na pauta do turismo faz-se necessário observar-se os equipamentos urbanos do tipo centro turístico, de importante responsabilidade na informação e atração da população flutuante em causa. A atual estrutura de centros turísticos no Centro de Salvador parece atender bem a demanda presente de usuários e se não o faz melhor é por força da desconcertante inadequação do desempenho urbano da mesma Zona Central em colapso, quando as melhores informações são aquelas que instruem o turista sobre o caos onde se meteu.

No que diz respeito o Equipamento de Saúde, é de se notar que no estrito espaço da Zona Central devem ficar descartadas as novas localizações hospitalares, ambulatoriais e mesmo as de grandes postos de saúde, por causa do aumento desproporcional do risco de contaminações em condições de alta densidade humana, mas devem por outro lado ser privilegiado o sistema de pronto socorro, exatamente por causa da alta frequência de acidentes decorrente da mesma alta densidade. Isto não quer dizer que os prontos socorros devam se situar no centro, mas perto dele.

Nas condições atuais da Zona Central de Salvador, no entanto, e face ao colapso da acessibilidade, o perto se torna longe com graves conseqüências para o atendimento de urgência, o que somente pode ser sanado pela vigorosa intervenção urbanística na adequação da acessibilidade.

No que se refere ao equipamento de lazer no universo da zona central além das poucas praças e recantos aprazíveis do tipo centro, ocorre a sua genérica presença de um grande estádio, o da Fonte Nova, em pleno perímetro Oeste do Centro já abordado na Macro Escala.

Mas cabe observar aqui o grande potencial de lazer disponível ao longo da borda da falha geológica de Salvador, onde a exemplo dos restaurantes da Gamboa, do antigo Chez Bernard, do Hotel Pelourinho e muitos outros como o pequeno teatro panorâmico também na Gamboa, procede uma intensa exploração da deslumbrante paisagem sobre a baía de Todos os Santos de forma que se deve privilegiar e incentivar a implantação deste tipo de equipamento de lazer desde a falesia de Santo Antonio até a já referida Gamboa.

O correto aproveitamento do potencial de lazer da borda deste extenso penhasco é de molde a promover internacionalmente com grande eficácia a já famosa imagem urbana do Centro de Salvador.

No que concerne o Equipamento de Comunicações, nota-se uma relativa escassez de pontos receptores dos Correios assim como de centros telefônicos públicos sem que isto, no entanto, chegue a constituir um fator importante para a adequação do desempenho urbano, embora cabendo a recomendação de um esforço dos órgãos responsáveis para o melhor dimensionamento dessas redes de equipamento.

No que afeta o Equipamento de Abastecimento no âmbito da Zona Central não se vê maior deficiência considerada a relativa tendência de substituição do uso residencial pelo de comércio e serviços de forma que se pode admitir uma lenta diminuição da demanda para a atual rede Equipamento de Abastecimento na área.

Quanto às feiras tradicionais, de grande importância para os usuários de baixa renda, constatou-se no presente diagnóstico a importância que assumem no centro devido a ampla faixa origem destino do transporte coletivo do mesmo âmbito de forma que desempenham notável papel social, além de também representarem expressiva atração turística.

Faz-se no entanto notar a urgente necessidade de estudar sério esquema de higienização do logradouro de São Joaquim tanto no aspecto da limpeza urbana como no da infraestrutura de pavimentação e drenagem de águas pluviais, mas é importante frisar da absoluta necessidade de manter-se o pitoresco e cultural da imagem.

Privar Salvador da festa perene de São Joaquim é ofender violentamente sua preciosa imagem, além do grave desserviço social e do fortalecimento do monopólio do abastecimento.

No que tange o equipamento urbano de segurança, beneficia-se o centro da presença das guarnições de polícia aí sediadas, o que lhe empresta certa vantagem em relação a outras áreas de Salvador, muito embora mesmo aí seja perceptível a defasagem entre o atual contingente de polícia e o aumento do porte urbano de cidade para metrópole.

Mas as condições do equipamento urbano de segurança atinge as raias do absurdo quando examinada a situação do combate a incêndios. Considerando-se a natureza dos edifícios históricos, sua densidade, seu mau estado de conservação, o baixo padrão de segurança de suas instalações elétricas e o crônico engarrafamento dos logradouros, é realmente surpreendente que não se tenham já consumido todos em chamas.

O desempenho do combate a incêndios em tais condições é de tal forma difícil que mal se pode chegar a tempo de encontrar o que apagar, de forma que não são poucas as fachadas de ruínas ocas de prédios totalmente consumidos pelo fogo.

Nessas condições, já seria um grande benefício a readequação da acessibilidade no âmbito do centro, no sentido de melhorar as condições de acesso aos incêndios, mas de qualquer forma faz-se necessário ampliar a rede de equipamento urbano de combate a incêndio nesta área e naturalmente sua guarnição, sem o que seremos a geração responsável pela destruição pelo fogo do Centro Histórico de Salvador.

10. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES PARA EQUIPAMENTOS URBANOS EM SALVADOR

O planejamento dos equipamentos urbanos pontuais em Salvador, carece fundamentalmente de uma adequação entre a informação estatística demográfica e a informação cartográfica da estrutura geomórfica dos espaços funcionais urbanos, de forma que seja possível avaliar os aspectos do limiar e alcance de cada equipamento, quantificar assim as demandas e ofertas, e intervir, no sentido de maximizar o benefício das novas implantações de equipamentos, face à conhecida carência de recursos para custear os mesmos.

Para tanto, faz-se indispensável:

- a) proceder o mapeamento pormenorizado dos módulos de espaço quase plano contínuo em cumeadas e vales em todo o universo municipal;
- b) instituir esta compartimentação orgânica do espaço, como obrigatória aos levantamentos censitários demográficos, de forma que possam ser cruzados com o condicionamento geomórfico, da acessibilidade, usos e ocupação;
- c) somente com base neste tipo de informação, a demográfica-geomórfica torna-se possível então e de forma econômica e objetiva proceder a adequada avaliação das decisões relativas a porte e localização, tanto das redes de equipamentos como dos equipamentos, isoladamente;
- d) prosseguir, na tentativa de equacionar os equipamentos pontuais, sem os referidos critérios de informação é prosseguir na aleatoriedade das intervenções, nem sempre condizentes com o melhor aproveitamento dos poucos recursos;
- e) a metodologia capaz de instruir os procedimentos supra recomendados consta do Plano Piloto de Intervenção Urbanística Sistêmica Continuada para a Sub-Unidade Central de Salvador - PLANDURB-OCEPLAN.

f) não é por acaso que a cadeia de supermercados local alcança sua grande competitividade em relação às grandes e pequenas unidades isoladas de equipamento de abastecimento, mas sim porque apresenta uma estrutura realmente integrada.

- O modelo não pode ser mecanicamente adotado para os demais equipamentos, devido ao característico interesse da referida cadeia pelos bolsões residenciais de maior poder aquisitivo em contradição com a natureza social dos equipamentos em causa.

- Mas, faz-se indispensável observar sua estrutura integrada como fator condicionante e determinante de seu desempenho ótimo, sem o que qualquer intervenção no equacionamento dos equipamentos urbanos carecerá de objetividade quanto a otimização benefício-custo.